

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

ONOFRE ALVES PORTELLA JUNIOR

Desenvolvimento Brasileiro:

O olhar de Caio Prado Junior

na *Revista Brasiliense* (1955 – 1964)

MESTRADO – HISTÓRIA

São Paulo

2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

ONOFRE ALVES PORTELLA JUNIOR

Desenvolvimento Brasileiro:

O olhar de Caio Prado Junior

na *Revista Brasiliense* (1955 – 1964)

Dissertação apresentada à Banca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação da Professora Doutora Vera Lucia Vieira.

MESTRADO – HISTÓRIA

São Paulo

2012

DEDICATÓRIA

A Mirtes, com todo o amor e admiração.

Aos meus filhos e netos, com todo o carinho.

Aos meus pais (*in memoriam*), com saudades.

AGRADECIMENTOS

Na elaboração deste trabalho, contei com o apoio de muitas pessoas às quais gostaria de agradecer.

À Yara Andrade pelo incentivo à minha retomada do projeto de mestrado.

À Ângela Maria Souza pelas sugestões e pela indicação, e empréstimo, de importante bibliografia.

Às professoras Lívia Cotrim, Maria Aparecida Rago e ao Professor Antonio Rago Filho pelos valiosos comentários nas bancas de qualificação e defesa.

Aos professores do Programa, que com suas aulas, além das ricas discussões, sempre foram uma voz de incentivo.

Muito especialmente à minha orientadora, Vera Lucia Vieira que, a despeito de todo o conhecimento e de toda a capacidade e rigor, mostrou-se, sobretudo, amiga.

À CAPES, pelo suporte proporcionado.

EPÍGRAFE

O passado é uma dimensão permanente da
consciência humana.

(Eric Hobsbawm)

RESUMO

O objetivo básico dessa dissertação é o de estudar o desenvolvimento brasileiro segundo a perspectiva de Caio Prado Junior, a partir do conjunto de textos que esse autor publicou na *Revista Brasiliense*.

A *Revista Brasiliense* foi uma publicação bimestral editada entre Setembro-Outubro de 1955 e Janeiro-Fevereiro de 1964; Caio Prado Junior foi um de seus fundadores e um de seus principais colaboradores, publicando textos de temática bastante ampla, o que, aliás, foi uma característica marcante da própria Revista. O período compreendido entre os anos de 1955 e 1964 é caracterizado pela historiografia como um dos momentos mais ricos no debate nacional brasileiro, sendo a Revista Brasiliense, assim, absolutamente contemporânea desse debate, tanto como reflexo, como sujeito.

Caio Prado Junior desenvolve as análises sobre desenvolvimento brasileiro de forma profunda, estabelecendo um sentido bastante amplo para esse processo; as análises sempre se dão de maneira conjugada com os conceitos de industrialização, dependência e nacionalismo. Ao interligar fortemente esses conceitos, Caio Prado Junior contrapõe a necessidade de uma premissa nacional para o desenvolvimento, ao caráter, necessariamente internacional, da expansão do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Caio Prado Junior, Desenvolvimento, Nacionalismo, Dependência, Industrialização.

ABSTRACT

This research is a study about the Caio Prado Junior's perspective concerning Brazilian development. It has as main focus the articles published by the author in *Revista Brasiliense*, a bimonthly periodic edited between September – October of 1955 and January – February of 1964. Caio Prado Junior was one of the magazine founders and a main collaborator author. His articles usually presented ample thematics, lying toward the magazine main characteristic. The years between 1955 and 1964 are historiography characterized as the richest period about national debate. In the context of Brazilian development issue *Revista Brasiliense* is absolutely contemporary. Caio Prados's deep analysis always deal with the conceptions of industrialization, dependency e nationalism. Linking all this aspects the author opposes the capitalism mode of production, international characterized, with a national premise for development.

Key words: Caio Prado Junior, Development, Nationalism, Dependency, Industrialization.

LISTA DE TABELAS

Frequência temática observada na Revista Brasiliense.....	31
Artigos e notas de caio Prado Junior publicados na Revista Brasiliense.....	33
População total, população até 14 anos, população urbana e população rural segundorecenciamentos.....	68
Taxa média geométrica de incremento anual da população residente.....	69
Taxa de variação da população e do produto interno bruto.,.....	70

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1: Desenvolvimento.....	36
Capítulo 2: O nacionalismo como premissa política.....	54
Capítulo 3: A questão agraria.....	66
Considerações finais.....	80
Fontes.....	85
Referencias bibliográficas.....	87

INTRODUÇÃO

O objetivo central dessa dissertação foi o de estudar o desenvolvimento brasileiro sob a perspectiva de Caio Prado Junior, tendo por base o conjunto de textos que esse autor publicou na *Revista Brasiliense*.

Editada bimestralmente entre 1955 e 1964, a *Revista Brasiliense*, segundo Montalvão, publicou 775 artigos e notas (MONTALVÃO, 2006, p. 3) que apresentaram uma amplitude temática diversa e absolutamente pertinente às questões daquele momento; são dez anos de análises, interpretações e proposições para um Brasil que se transformava rapidamente.

Desse total de textos publicados pela Revista, Caio Prado Junior é autor de 34, publicados em 29 dos 51 números editados, ou seja, Caio Prado Junior está presente em pouco mais de 50% dos números editados da *Revista Brasiliense* e, ainda segundo Montalvão (2006, p. 3), é o segundo autor mais presente nas páginas da *Revista Brasiliense*, superado somente por Elias Chaves Neto, que assina 47 textos.

O período compreendido entre os anos de 1955 e 1964 é caracterizado pela historiografia como um dos momentos mais ricos no debate nacional brasileiro. Delimitado por significativos episódios (no seu início, pelo suicídio do presidente Getulio Vargas, em 1954 e pela eleição de Juscelino Kubitschek, em 1955 e, no seu final, pelo golpe de Estado em 1964), esses dez anos são fortemente assinalados como um período no qual os aspectos tidos como formadores da nação brasileira foram discutidos em profundidade, com, inclusive, importantes propostas de caráter transformador sendo apresentadas e, algumas delas, implementadas.

Conviveram na época, análises de cunho liberal, de cunho desenvolvimentista e de cunho socialista; cada um desses direcionamentos

analíticos reavaliava nossa história e propunha diferentes caminhos a seguir. Como observa Konder (2007):

As mudanças que ocorriam na sociedade brasileira, nos costumes, na vida cultural, nas atividades políticas, no cotidiano da população e nas relações com o exterior, não podiam deixar de influir nas modificações da maneira de pensar a história. O processo pelo qual a história era pensada, entretanto, era inevitavelmente contraditório. Os intelectuais refletiam sobre a história de ângulos diversos e viam nela coisas muito diversas. (KONDER, 2007, p. 358)

Na dimensão econômica dessas análises, a perspectiva liberal, decorrente, grosso modo, do pensamento econômico neoclássico que, no campo do pensamento não marxista, era vigente e hegemônico mundialmente até meados da década de 30, e defendia a livre movimentação das “forças de mercado” como pré-condição para o sistema econômico atingir uma situação de equilíbrio, o que equivaleria a atingir sua eficiência máxima; nessa situação de máxima eficiência, todos os “fatores de produção” (denominação utilizada por essa escola tanto para o capital como para a força de trabalho) estariam perfeitamente conjugados, gerando, de um lado, pleno emprego, e de outro, máximo lucro.

No período da publicação da Revista Brasiliense, de 1955 a 1964, essas análises liberais, evidentemente, já estavam reelaboradas em função das transformações decorrentes da grande depressão dos anos 30, no sentido de concederem alguma interferência do Estado no sistema econômico, visando, fundamentalmente, sua recuperação após um período de crise. Do ponto de vista programático, pregavam, no entanto, uma presença mínima do Estado, austeridade nas políticas monetárias e nenhum apoio ao processo de industrialização, porque todo apoio era entendido como artificial, já que significaria uma interferência externa ao sistema.

Dessa forma, é evidente sua contraposição às orientações desenvolvimentistas que, como veremos, tinham no apoio ao processo de industrialização o eixo central de suas propostas. Apesar das diferenças de posturas

que apresentam os teóricos do desenvolvimentismo na época, conforme veremos abaixo, este, de acordo com Bielschowsky (2000):

... foi a ideologia econômica de superação da pobreza e do atraso brasileiro através de uma industrialização planejada. Correspondeu, assim, à ideologia subjacente ao projeto econômico de construção de um capitalismo industrial moderno no país. Tinham como proposição comum, a meta de construir uma estrutura capitalista semelhante à dos países desenvolvidos (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 181)

A análise que o professor Viner¹ faz dos trabalhos de Raul Prebisch, então presidente da Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), é ilustrativa dessa controvérsia que, em última análise, reflete a discussão sobre o processo de industrialização das sociedades de tardio desenvolvimento capitalista e a divisão internacional do trabalho:

Tudo que pude encontrar nos trabalhos de Prebisch é a identificação dogmática da agricultura com a pobreza. Que a agricultura não quer necessariamente dizer pobreza é óbvio, bastando considerar os casos da Austrália, da Nova Zelândia, da Dinamarca e de Iowa ou Nebraska (VINER, apud RODRIGUEZ, 2009, p. 63)

O pensamento desenvolvimentista no Brasil nesse período, por sua vez, pode ser segmentado segundo diversos critérios ou orientações; no entanto, no âmbito desse estudo, podemos, mesmo que de forma simplificada, percebê-lo em duas importantes e fundamentais correntes: a nacionalista e a não-nacionalista. Como denominador comum a essas correntes, há a percepção de que o processo de industrialização é absolutamente necessário ao pleno desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade e, também, a percepção do planejamento como instrumento fundamental e altamente eficiente nesse processo.

¹ Jacob Viner (1892 – 1970), economista canadense considerado um dos mentores da Escola de Chicago, notório centro do pensamento neoliberal monetarista.

A diferença fundamental entre essas duas vertentes versa sobre o capital internacional no processo de industrialização brasileira: uma vê como possível e necessária essa participação, enquanto outra percebe tal participação como capaz de provocar uma modificação, de tal forma profunda, que acaba por alterar a própria natureza do desenvolvimento.

Além das posições liberais e desenvolvimentistas, como já assinalado, a diversidade das análises nas décadas de 50 e 60 é completada por àquelas análises que tinham como horizonte uma sociedade socialista, ou seja, tinham como perspectiva uma importante transformação estrutural da sociedade brasileira.

O espectro analítico do pensamento da esquerda, relativamente à dimensão econômica desse debate é, evidentemente, bastante amplo e se conjuga fortemente com a própria história do pensamento e das ações da esquerda no Brasil. No entanto, nos limites dessa dissertação, basta caracterizar a posição, fortemente hegemônica na época, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então denominado Partido Comunista do Brasil.

O PCB defendia a tese de que uma revolução de caráter democrático-burguês no Brasil era absolutamente necessária como fase predecessora à revolução socialista. A lógica dessa tese era a de que, guardando o Brasil relações sociais semifeudais de produção, articuladas com o capital internacional, as forças produtivas precisariam, num primeiro momento, se libertar das limitações impostas por essas relações para atingir seu pleno desenvolvimento. Nesse sentido, a burguesia nacional seria uma aliada da classe trabalhadora, já que o rompimento dessa dependência externa significaria a liberação das forças produtivas para seu pleno desenvolvimento o que, evidentemente, era interesse da burguesia nacional. Com relação à origem dessa tese, diz Lapa (1980):

As propostas programáticas da III Internacional Comunista (março de 1919) foram incorporadas pelo VI Congresso Mundial em 1º de setembro de 1928, em Moscou, e postas em prática como modelo único para a América Latina

pelo Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista que irradiava de Montevideu para o continente o seu programa teórico e de ação. Dessa maneira, verifica-se portanto que o debate científico sobre Modo de Produção surgiu no bojo de um contexto político-ideológico, monopolizado, de certa maneira, pelo Partido Comunista do Brasil, embora não necessariamente pelos seus primeiros intelectuais. (LAPA, 1980, p. 11)

Como decorrência desse entendimento, o PCB tinha como plano básico de ação apoiar as iniciativas desenvolvimentistas, particularmente àquelas relativas à industrialização, desde que inseridas em uma direção nacionalista.

Quanto à dimensão formalmente política do período em que a *Revista Brasiliense* foi editada, do bimestre Setembro-Outubro de 1955 a Janeiro-Fevereiro de 1964, o Brasil contou com sete presidentes. Descontando-se aqueles que exerceram curtos mandatos de transição, o número cai para quatro: Café Filho (1954 – 1955), Juscelino Kubitschek (1956 – 1961); Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961 – 1964).

O governo de Juscelino Kubitschek foi, além do único a completar um mandato, o que mais tempo se sobrepôs ao período de publicação da *Revista Brasiliense* e, ao longo do tempo, constituiu-se em um verdadeiro ícone das transformações presenciadas nesse período. É caracterizado por Victoria Benevides como um governo no qual a “estabilidade política foi fruto de uma conjuntura especial na qual as Forças Armadas e o Congresso atuaram de maneira convergente, apoiando a política econômica cujo núcleo era o Programa de Metas” (BENEVIDES, 1979, p. 248)

Essa convergência de interesses entre as forças armadas e o congresso se manifesta e se articula, em grande parte, pelos três maiores partidos políticos nacionais, criados pela necessidade de reorganização do quadro político-partidário nacional; essa necessidade decorre, em grandes linhas, da pressão pela redemocratização do Brasil no final do Estado Novo (período entre 1937 e 1945, iniciado pelo golpe dado por Getúlio Vargas, até então presidente constitucional).

Assim, “no ano de 1945, surgiram os três principais partidos que iriam existir no período 1945-1964” (FAUSTO, 2000, p. 385)

Tendo por base os autores Fausto (2000), Basbaun (1968) e Benevides (1979), pode-se dizer que a União Democrática Nacional (UDN) nasceu da oposição liberal paulista ao Estado Novo; no seu início, é uma oposição que reúne socialistas democráticos e um até mesmo reduzido grupo de comunistas, que não haviam aderido a Prestes e que procuravam agrupar aqueles que tinham atuado como oposição a Vargas. Rapidamente, no entanto, a UDN passa a ser composta por outros segmentos que se opunham a Vargas, principalmente por membros da burguesia industrial e financeira.

Derivados do getulismo surgem dois importantes partidos: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O primeiro nasce da própria iniciativa de Getúlio e da burocracia estatal. Reúne assim, a própria máquina administrativa do Estado Novo e por reunir essencialmente os responsáveis pela administração, tinha como filiados figuras de maior destaque no poder local. É o partido das oligarquias que dependiam do poder do Estado para manter sua influência política.

O segundo partido, o PTB, também deriva de Getúlio Vargas; reúne a burocracia sindical e a máquina politico-administrativa do Ministério do Trabalho. Seu objetivo básico era manter a influência getulista sobre os trabalhadores urbano-industriais:

O PTB teve suas origens estreitamente ligadas ao “movimento queremista”, organizado informalmente pelos partidários da continuação de Getúlio no governo de 1945; surge como uma tentativa de aglutinar as novas forças sociais, nascidas do impulso econômico pela industrialização, visando atingir fundamentalmente os operários urbanos frente à ameaça que constituía a influência do Partido Comunista, não apenas sobre a massa trabalhadora desorganizada, mas sobretudo sobre os sindicatos (BENEVIDES, 1979, p. 63)

Essa conjuntura entre o político, o militar e o econômico, também de acordo com Benevides, funcionou de acordo com um modelo de compensação, no qual os momentos de rupturas eram compensados pelos momentos de convergência. Dessa forma, de acordo com esse modelo:

A associação Forças Armadas/Congresso tem seu momento de ruptura no plano da ordem, na medida em que as contradições no interior da aliança PSD/PTB e em cada partido se agravam com o radicalismo do PTB, por sua crescente identificação com as reivindicações populares; setores do Exército passam a se preocupar seriamente com o envolvimento do PTB “janguista” com teses de “esquerda” e com os comunistas. Essa ruptura é compensada pela convergência Exército-partidos no plano da política econômica, ambos interessados nas vantagens advindas do desenvolvimento através do Plano de Metas (BENEVIDES, 1979, p. 249)

Com relação à conjugação política partidária PSD/PTB e política econômica, diz Benevides:

O momento de ruptura entre política partidária (aliança PSD/ PTB) e política econômica decorre do crescente alijamento do Legislativo do processo decisório, com a hipertrofia dos órgãos estatais e, principalmente, com a administração paralela. Essa ruptura é compensada quanto ao PSD, pelo não envolvimento do Programa de Metas com os interesses da burguesia agrária (amplamente representada no PSD) e sobretudo porque a política financeira permanece, durante todo o período, controlada pelo partido. Quanto ao PTB, a compensação é feita pelo permanente controle do Ministério do Trabalho, e, portanto, da política sindical, salarial e principalmente da Previdência Social, acrescentando-se que o crescimento do parque industrial favorece a ampliação de suas bases eleitorais. (BENEVIDES, 1979, p. 249).

Finalmente, a relação entre política militar e política econômica:

A convergência política militar/política econômica também tem seu momento de ruptura que se expressa no plano ideológico, pela oposição “nacionalismo” versus “entreguismo” (quanto à crescente importância do capital estrangeiro). Essa ruptura é compensada pelo constante atendimento às reivindicações militares (autogestão e segurança material, promoções, salários), pelo respeito aos “interesses não negociáveis” (Petrobrás, etc.), e especialmente pela participação efetiva dos militares na tomada de decisões, assumindo postos civis no Governo, o que foi formulado em termos de um mecanismo de cooptação. (BENEVIDES, 1979, p. 249).

A riqueza desse período se insere, e em certo sentido decorre, da própria nova configuração do poder mundial estabelecida a partir do término da Segunda Guerra Mundial; o centro econômico mundial, pela primeira vez desde o início da história moderna, é deslocado para fora do continente europeu; os Estados Unidos articulam rapidamente, mesmo antes do término formal da guerra, seus principais instrumentos para o exercício do poder recém-conquistado. A nova ordem mundial conta com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, atual Banco Mundial), criados em julho de 1945 na Conferência de *Bretton Woods* e, pouco mais tarde, em 1947, com o acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, atual Organização Mundial do Comércio - OMC).

Além desse importante deslocamento do centro de poder do mundo capitalista, a nova ordem também se caracteriza pela polarização do poder entre os Estados Unidos e a União Soviética, determinando o período conhecido como Guerra Fria que, de acordo com Eric Hobsbawm, vai do lançamento das bombas atômicas em território japonês, até o fim da União Soviética (2008, p.223), ou seja, o período objeto desse estudo encontra-se todo ele sobreposto ao da Guerra Fria. O que está em jogo, então, não é a liderança entre nações imperialistas como de costume, mas a liderança política e, sobretudo, ideológica do mundo. É uma época marcada pela busca de áreas de influência e por jogos geopolíticos, por estratégias de dominação e por um equilíbrio, sempre, extremamente frágil. Hegemonia passa a ser um conceito tão importante quanto o de controle militar. Destaca Ayerbe (2002):

Diferentemente dos conflitos da primeira metade do século, que confrontaram países imperialistas pela redivisão do mundo, o segundo pós-guerra coloca lado a lado dois sistemas políticos e econômicos, capitalismo e socialismo, numa rivalidade que acrescenta aos aspectos econômicos e militares a dimensão ideológica. A política internacional das duas superpotências redefine seus rumos para uma disputa que privilegia a consolidação da hegemonia nos seus blocos e a expansão por vias que descartem o conflito militar direto. (AYERBE, 2002, p. 64)

Não obstante toda a tensão e conflitos localizados durante a guerra fria, o modo de produção capitalista experimenta um muito significativo desenvolvimento; desenvolvimento este que pode ser visto como natural se entendermos que, ao término da guerra, importantes contradições inerentes à própria dinâmica do sistema haviam sido superadas e, assim, o ciclo expansionista do capital pôde ser retomado. Nesse período, segundo Coutinho:

Houve uma extraordinária onda de progresso econômico movida pela difusão de inovações, pela massificação do consumo de bens duráveis, pelo crescimento acelerado do emprego e, ainda, pela notável expansão dos mecanismos de proteção social. Havia virtuosismo entre as esferas econômico e social. (COUTINHO *apud* MAZZUCHELLI, 2009, p. 419)

Por sua vez, o socialismo demonstra um também impressionante ritmo de crescimento em sua amplitude: em 1939, o modo de produção socialista vigora em apenas um único país, a União Soviética, envolvendo 8% da população do mundo. Em 1960, o socialismo está consolidado em 12 países, que comportam, no seu conjunto, 1/3 da população mundial. (FRIEDEN, 2008)

A importância, seriedade e o temor com que o mundo ocidental passa a enxergar a alternativa socialista, e o papel desempenhado pela União Soviética em particular, é assim retratado por Frieden:

A visita de Nikita Khrushchev aos Estados Unidos, em 1960, virou manchete nos jornais de todo o mundo. Quando o líder soviético bateu os pés com raiva no parlatório enquanto discursava nas Nações Unidas, os ocidentais ridicularizaram o camponês pouco sofisticado que agora liderava o maior país do mundo. No entanto, quando ele disse que até 1980 a economia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas seria maior que a dos Estados Unidos, ninguém riu. Os soviéticos derrotaram os Estados Unidos na corrida espacial com o *Sputnik* em 1957 e um ano mais tarde lançaram a primeira nave espacial pilotada pelo homem. Grosseiro ou não, o socialismo soviético parecia ser um verdadeiro rival do capitalismo. (FRIEDEN, 2008, p. 344)

Com relação a esse quadro, deve-se considerar que a partir da denuncia dos crimes de Stalin, no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em Fevereiro de 1956, o movimento comunista internacional inicia um processo de profundas mudanças com, inclusive, fortes reflexos no Brasil. Internacionalmente, nos anos que se seguiram a denuncia, a União Soviética perde credibilidade junto, fundamentalmente, aos movimentos e partidos de esquerda, que não mais a vêm como representando uma proposta revolucionária, distanciando-se progressivamente do ideário comunista. No Brasil, no início dos anos 1960, o Partido Comunista sofre as primeiras dissidências. Internacionalmente, como exemplo, assim se refere a essa transformação Edmund Wilson, um dos mais influentes críticos literários do século XX, no prefácio da edição de 1971 da sua obra “Rumo à Estação Finlândia”, escrita em 1940:

A grande distância que separa a Rússia do Ocidente certamente tornou ainda mais fácil para os socialistas e liberais americanos imaginar que a Revolução Russa daria fim a um passado de opressão, aboliria uma civilização comercial e fundaria, segundo a profecia de Trotski, a primeira sociedade realmente humana. Éramos muito ingênuos em relação a esta questão. Este meu livro parte da premissa de que um passo importante foi dado, que uma ruptura ocorreu, que nada na história da humanidade jamais seria como antes. Nada me levava a desconfiar que a União Soviética viria a tornar-se uma das mais abomináveis tiranias que o mundo jamais conheceria e Stalin seria o mais cruel e inescrupuloso dos implacáveis czares russos. Portanto, este livro deve ser lido como um relato basicamente confiável do que os revolucionários julgavam estar fazendo em prol de “um mundo melhor”. (WILSON, 1986, p.453).

Assim, mesmo que junto a grande parte dos partidos de esquerda, a União Soviética deixasse de ser, gradativamente, uma referencia para a transformação socialista, a Guerra Fria, por outro lado, demonstra que no jogo do poder internacional continuava sendo percebida como uma ameaça, por representar um modo de produção alternativo ao capitalismo e/ou por representar o único poder econômico-militar cuja dimensão faz frente àquele dos Estados Unidos.

Desse amplo contexto mundial, alguns aspectos guardam uma relação mais próxima com o rico debate ocorrido no Brasil à época; notadamente: a

especificidade que o processo de hegemonia levado a termo pelos Estados Unidos na América Latina ganha a partir 1945, e o resultado da adoção de políticas econômicas de cunho keynesiano, que privilegiam a atuação do Estado na economia, como elemento propulsor do crescimento.

De fato, permeando todos os diferentes matizes ideológicos presentes no Brasil nesse período, a grande discussão se coloca em torno dos conceitos de desenvolvimento e dependência. Nesse sentido, a política econômica implementada pelo governo Juscelino Kubitschek que, como visto, foi um importante elemento no modelo “ruptura-compensação”, era, de fato, a melhor alternativa? A modernização de nossa condição e relação estabelecida com o modo de produção capitalista internacional implicaria em nossa independência? A superação de nossa condição de não-desenvolvimento, por si só, significaria a superação de nossa condição de dependente?

O encaminhamento dessa discussão, de enorme amplitude, se dá, justamente, de acordo com diferentes posicionamentos político-ideológicos, mas não de forma linear.

A Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e presidida em sua fundação pelo economista argentino Raul Prebisch, tinha por missão, “o estudar” a América Latina, objetivando que o continente superasse sua condição de atraso. De orientação keynesiana - que, aliás, é adotada em todo o mundo ocidental com, inclusive, a reconstrução da Europa acontecendo de acordo com essas bases teóricas - os estudos da CEPAL partiam da premissa de que o subdesenvolvimento, como fenômeno específico, exigiria um esforço teórico autônomo para sua compreensão. Nas palavras de Mantega:

A preocupação básica da CEPAL era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo. Nesse sentido, a análise enfocava, de um lado, as peculiaridades da estrutura socioeconômica dos países da “periferia”,

ressaltando os entraves ao “desenvolvimento econômico”, em contraste com o dinamismo das estruturas dos centros avançados; e, de outro lado, centrava-se nas transações comerciais entre os parceiros ricos e pobres do sistema capitalista mundial que, ao invés de auxiliarem o desenvolvimento da periferia, agiam no sentido de acentuar as disparidades. Com isso, a CEPAL questiona não apenas a divisão internacional do trabalho vigente no mundo capitalista, como também criticava o destino atribuído aos países subdesenvolvidos pela Teoria Clássica ou Neoclássica do Comércio Internacional que sustenta essa decisão. (MANTEGA, 1984, p. 34)

A Teoria Neoclássica do Comércio Internacional que, em grandes linhas, prega que os países devem se especializar na produção daqueles produtos em que têm maior produtividade, comparativamente aos outros países, é fortemente criticada pelas análises cepalinas que identificam uma “deterioração dos termos de troca” que, de acordo com essas análises, é uma das principais razões para nosso atraso; daí a proposta de uma política de substituição das importações e a decorrente industrialização das nações. O pensamento cepalino foi largamente utilizado como base para políticas econômicas nesse período.

No início dos anos 70, o sociólogo Francisco de Oliveira, formula crítica contundente a esse pensamento. Ainda nas palavras de Mantega:

Entre os ensaios publicados no Brasil nos primórdios dos anos 70 a “Crítica à Razão Dualista” de Francisco de Oliveira teve grande repercussão. Insistindo na necessidade de uma completa ruptura com o “modelo Cepal”, Francisco de Oliveira alertava para o fato de que: “No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor ‘atrasado’ e um setor ‘moderno’, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia”. No plano da prática, continuava Francisco de Oliveira, “a ruptura com a teoria do subdesenvolvimento não pode deixar de ser radical. Curiosa, mas não paradoxalmente, foi sua proeminência nos últimos anos, que contribuiu para a não formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, cumprindo uma importante função ideológica para marginalizar perguntas do tipo: a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?” (...) A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do

chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara”. (MANTEGA, 1978, p. 34)

Nas palavras do próprio Francisco de Oliveira:

O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “transito”, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo.; as economias pré-industriais forma criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o “subdesenvolvimento” é uma formação capitalista e não simplesmente histórica. (OLIVEIRA, 2003, p. 32)

A contribuição cepalina, no entanto, não é percebida somente na amplitude da oposição entre o caráter “histórico / temporal” e o “inerente ao modo de produção capitalista” do fenômeno “subdesenvolvimento”. Fernando Novais atribui um importante e determinante papel às formulações cepalinas que está além dessa dicotomia; é relativa ao próprio processo de desenvolvimento do pensamento marxista na América Latina:

Parece claro que, nos últimos anos, na América Latina, vem ocorrendo um florescimento de um marxismo mais criativo e crítico, em contraposição ao esquematismo e dogmatismo tradicionais. Penso, assim, que uma futura história do marxismo na América Latina vai apontar essas duas fases, bem como o diálogo com a chamada “economia cepalina” como ponto de renovação. A discussão e crítica das formulações da CEPAL parece ter levado a uma revitalização do marxismo, passando-se de uma concepção um tanto tosca para uma visão mais aberta e refinada. Nesse sentido, poder-se-ia sugerir que o “pensamento cepalino” situa-se frente ao marxismo latino-americano como, *mutatis mutandis*, a economia política clássica estava para a gênese do marxismo. (NOVAIS, 1986, p. 24)

No Brasil, particularmente, a formulação cepalina-desenvolvimentista atinge seu auge como política econômica com o Plano de Metas, elaborado pelo governo Juscelino Kubitschek em 1956 e que, nas palavras de Bielschowsky, constituiu “o maior instrumento de planejamento de toda a história do país”. (2000, p.401) ou ainda, segundo Lessa, “(...) constituiu a mais sólida decisão consciente em prol da

industrialização na história econômica do país” (LESSA *apud* LACERDA, 2006, p. 97)

O Plano de Metas, em grandes linhas, priorizava setores da economia brasileira que, pelas suas características, eram percebidos na formulação desenvolvimentista como decisivos para a eliminação dos chamados “pontos de estrangulamento”; pontos que, pelo funcionamento insatisfatório, representavam verdadeiros inibidores ao desenvolvimento pleno do sistema econômico.

Quanto à estruturação propriamente do Plano, diz Bielschowsky:

O Plano selecionou cinco áreas prioritárias, ou seja, energia, transportes, indústrias básicas, alimentação e educação, carreando, porém, a maior parte dos recursos financeiros para as três primeiras. Dividiu as cinco áreas em trinta “metas” subsetoriais e identificou como meta prioritária adicional a construção de Brasília. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 402)

A concepção do Plano de Metas, particularmente dessa sua estrutura, no entanto, não deve ser creditada unicamente aos gestores da política econômica do governo Juscelino Kubitschek; em essência, o Plano de Metas deriva de duas importantes iniciativas anteriores: a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, de 1951 a 1955, durante o governo Vargas, e o Grupo Misto Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) – CEPAL, de 1953 a 1955. De acordo com Francisco de Oliveira,

A análise da economia brasileira, realizada pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL (...), constituiu-se na base do Plano de Metas; a esse respeito, para muitos analistas da história do período, parece como se o Plano de Metas fosse algo como um raio num dia de céu azul; quando na verdade é no documento do Grupo Misto que se deve buscar sua “rationale”. (OLIVEIRA, F. *apud* MANTEGA, 1984, p. 72)

A partir da identificação dos setores estratégicos, o Plano de Metas proporcionaria nesses setores um significativo volume de inversão, particularmente, como visto, naqueles entendidos como infraestruturais; essas inversões

aconteceriam na forma de incentivos ao capital privado e também pelos mecanismos de transferência na alocação dos recursos públicos. Todos esses mecanismos e procedimentos, de forma evidente, encontravam-se alinhados e decorriam do processo de industrialização já em curso no Brasil;

Em síntese, o Plano de Metas objetivava remanejar os recursos do país de modo a canalizá-los para o prosseguimento e ampliação da escala de acumulação industrial, por meio da atuação do Estado prioritariamente em duas frentes: *a)* na coordenação e integração dos vários setores da economia, detectando as deficiências de infraestrutura e as lacunas deixadas pela chamada iniciativa privada, e procurando solucionar esses problemas pela ampliação ou criação de empresas estatais; *b)* no incentivo direto à produção privada por meio da criação de linhas especiais de crédito, principalmente junto ao BNDE, com longos prazos de restituição e juros negativos, pela concessão de avais estatais a empréstimos contraídos no exterior, pela facilitação de importação de máquinas, equipamentos e insumos básicos com a concessão de taxas cambiais favorecidas, pela concessão de isenções fiscais e tributárias e pela reserva de mercado às indústrias em implantação via tarifas protecionistas (MANTEGA, 1984, p. 73)

Outro aspecto a ser considerado nessa rápida aproximação ao significado do Plano de Metas, é aquele observado por Lucio Flavio de Almeida relativamente à aparente tecnicidade do Plano, destacando, por sua vez, a dimensão política e conflitiva dessas decisões no âmbito do poder:

Alguns autores destacam, para além da superfície discursiva sobre a responsabilidade ou a competência técnica, uma questão cujas implicações para os conflitos políticos no interior do bloco no poder ainda requer novas pesquisas: os empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil, que cresceram exponencialmente ao longo dos anos 1950, foram especialmente importantes para as indústrias de bens de consumo, “não contempladas explicitamente pelo Programa de Metas, logo, não inseridas nos setores chamados prioritários” (Maia, 1986, p.214). Esses empréstimos realizados em condições magnânimas aos tomadores (nada muito diferente do que ocorria com os grandes capitais diretamente contemplados pelo chamado Plano de Metas) só não levaram à descapitalização do Banco do Brasil porque este, graças ao status de “autoridade monetária”, também podia emitir papel moeda (Maia, 1986, p. 217) (ALMEIDA, 2006, p. 250)

O desenvolvimentismo, desta forma, chega mesmo a configurar-se como a ideologia da industrialização; diversos economistas e pensadores, formados de acordo com as análises e orientações cepalinas - o mais notório deles talvez tenha sido Celso Furtado - lhe emprestam um caráter nacional, com atenção às diferenças regionais, e com a dinâmica própria das políticas econômicas.

A CEPAL não formulou uma teoria de investimento ou de acumulação de capital, mas, ao combinar sua tese sobre as transformações históricas do sistema centro-periferia com a análise das estruturas produtiva periférica, foi capaz de prover um instrumental analítico engenhoso, através do qual uma série de importantes tendências típicas do crescimento em países subdesenvolvidos – tais como déficits externos, deteriorização dos termos de troca, desemprego e inflação – poderia ser prevista e estudada de maneira particularmente acurada. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 29)

Apesar dessa unicidade quanto à origem e orientação teórica, um importante ponto, como já observado anteriormente, divide os desenvolvimentistas: o nacionalismo. Parte dos adeptos do modelo desenvolvimentista entende o modelo cepalino como viável, somente com a participação exclusiva do capital nacional; outra parte consegue enxergar a conciliação entre o desenvolvimento objetivado, com o capital estrangeiro. Essa segmentação dos desenvolvimentistas ganha importância no estudo de sua relação, e mesmo sobreposição, com as propostas vindas da esquerda.

Uma referencia importante, porque concreta, era justamente o caráter evidenciado pelo Plano de Metas relativamente a essa discussão. O Plano de Metas tem uma relação com o capital estrangeiro de total permeabilidade, implementando todo tipo de facilidade para a entrada desses capitais na economia brasileira; de fato, após uma década de, por diversas razões, um baixo afluxo de capitais estrangeiros, o resultado imediato do Plano de Metas foi um intenso fluxo de capital internacional em direção à economia brasileira. Nesse sentido, afirma Mantega,

O resultado foi a invasão da economia brasileira pelos capitais estrangeiros, não tanto sob a forma de investimentos diretos, mas, principalmente, de empréstimos e financiamentos. Mesmo assim, os investimentos diretos localizaram-se em áreas estratégicas e foram rapidamente engrossados pela estupenda lucratividade dos empreendimentos. (MANTEGA, 1984, p.74)

Diferentemente dos desenvolvimentistas, à esquerda, as análises e propostas de transformação da sociedade brasileira não tinham como perspectiva uma sociedade capitalista desenvolvida, mas sim uma sociedade socialista. Por outro lado, essas análises eram fortemente condicionadas e, em determinado sentido, limitadas, pela “premissa pré-capitalista”. Como visto, na análise do, então denominado, Partido Comunista do Brasil (PCB) - na época fortemente hegemônico em relação ao pensamento de esquerda - o campo brasileiro guardava características estruturais pré-capitalistas ou semifeudais, o que implicaria na necessidade de uma aliança entre a classe trabalhadora e o capital nacional para que uma revolução, de caráter nacional-democrático, fosse realizada. Esta revolução burguesa é entendida como etapa absolutamente necessária à revolução socialista. Nesse sentido, o desenvolvimentismo é percebido pela esquerda, particularmente pelo PCB, como uma reação do capital nacional ao capital internacional; uma reação do capital nacional à dependência característica do imperialismo.

Uma declaração do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, de março de 1958, expressa claramente essa orientação:

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas de luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. (Comitê Central do PCB, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p. 193)

Outras naturezas de análise no âmbito da esquerda, evidentemente, existiam, mas, ou eram pouco influentes nesse momento, ou ainda muito incipientes; além das revelações do, já mencionado, 20º congresso do Partido Comunista da União Soviética, a revolução cubana, em 1959, e o golpe de Estado de 1964 foram eventos que contribuíram decisivamente para a diversificação do pensamento de esquerda no Brasil que, exceto por algumas poucas experiências no início dos anos 1960, ganha relevância, justamente, na segunda metade da década de 60.

A caracterização dessas perspectivas de análise principalmente pela dimensão econômica não implica, sob nenhuma hipótese, que o debate nacional estava circunscrito a essa dimensão; o que estava em questão era, como dito, o conceito e os caminhos para alcançarmos um pleno e, principalmente, independente desenvolvimento. Nesse sentido, a dimensão econômica funciona como um eficiente critério de segmentação político-ideológico desse bastante diversificado momento histórico, ou seja, funciona como um facilitador para o entendimento do caráter dessas interpretações e proposições para a sociedade brasileira. Evidentemente, todos os aspectos da vida social eram discutidos, questionados e reavaliados: o político, o econômico, o nacional, o cultural e o educacional.

Nesse estudo, o recorte elaborado – as análises de Caio Prado Junior sobre o tema desenvolvimento publicadas nas páginas da *Revista Brasiliense* – isola a conjugação entre uma publicação-ícone desse período, assim comentada por Moraes (2007a, p.78): “A *Revista Brasiliense* foi, em todos os sentidos, inclusive o cronológico, dramaticamente contemporânea daquela década (1955 – 1964)”, com um pensador que, notoriamente, é um dos grandes interpretes do Brasil. Nas palavras de Novais:

Trata-se, como é consensual, de um dos maiores nomes da historiografia brasileira; com Gilberto Freire e Sergio Buarque de Holanda, integra o que porventura se possa designar como “geração de 30”, nos seus pontos mais

altos. Suas obras marcaram profundamente nossa vida intelectual a partir de então. (NOVAIS, 1986, p. 9)

Dessa contemporaneidade, decorre tanto a condição de reflexo desse debate, como a condição de importante sujeito da *Revista Brasiliense*. Tendo à frente Caio Prado Junior e Elias Chaves Neto, a *Revista Brasiliense* foi editada bimestralmente entre setembro-outubro de 1955 e janeiro-fevereiro de 1964, totalizando, assim, 51 números publicados ininterruptamente, durante quase 10 anos.

Desde seu início, a *Revista Brasiliense* consagrou-se como uma importante referência do pensamento crítico brasileiro, particularmente quanto aos estudos sobre as características definidoras ou determinantes do Brasil. Claramente de esquerda, e com forte relação de seus editores e parte dos colaboradores com o Partido Comunista, a *Revista Brasiliense* se caracterizou, no entanto, pela sua independência, tanto em relação à sua linha editorial, como em relação à amplitude temática, configurando um espectro político-ideológico, no campo da esquerda, bastante amplo. De acordo com Montalvão:

Mesmo que a *Revista Brasiliense* primasse em ser uma publicação pluralista e aberta a diversas contribuições – prescindindo de ligações de ordem política e partidária – verifica-se nela uma presença acentuada de pessoas que eram de algum modo vinculadas ao PCB. No entanto, enquanto era percebida com grande aceitação nos meios acadêmicos e literários, dentro e fora de São Paulo, como se percebe na lista de signatários do seu manifesto de fundação, a recepção da *Revista Brasiliense* nos meios pecebistas, desde as primeiras conversas em torno de sua criação, mostrou-se altamente crítica. (MONTALVÃO, 2006, p. 2)

No seu manifesto de fundação, a *Revista Brasiliense* explicita sua orientação política básica, o nacionalismo. De acordo com Limongi:

O “Manifesto da Fundação” da R.B. é uma decidida e clara afirmação de princípios nacionalistas. *Brasiliense* pretende ser uma revista “em torno da qual se congreguem escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos” e que tenham por objetivo a superação do “atraso

econômico do país visando a melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura” (LIMONGI, 1987, p. 28)

Como decorrência direta dessa orientação, a *Revista Brasiliense* pode também ser percebida como referência sobre as alternativas que, então, se colocavam para a transformação da sociedade brasileira, ou, como denomina LÖWY (2000, p. 9) sobre a “natureza da revolução”; isso, em um momento no qual, como visto, o pensamento crítico ganhava potencial para uma maior diversidade, com suas análises ocupando um maior espectro e profundidade.

Assim, pela sua própria importância como referência “desse momento”, a *Revista Brasiliense* tem sido ela própria, objeto de diversos trabalhos produzidos a partir de diferentes perspectivas. Nesse sentido tem-se, por exemplo, o trabalho de Giovannetti Neto, “Uma trincheira de ideias: a Revista Brasiliense, a urdidura de um pensamento de esquerda” (GIOVANNETTI NETO, 1998) e o de Heitor Ferreira Lima, “Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas” (LIMA, 1986). Outros tantos trabalhos têm na *Revista Brasiliense* uma importante fonte de auxílio para a compreensão do pensamento, de grande alcance, de seu mais notório editor, Caio Prado Junior como, por exemplo, o de Angela Maria Souza, “O Brasil descortinado por Caio Prado Jr: gênese e reiteração do círculo vicioso” (SOUZA, 2009).

Em um momento no qual a história do Brasil é reinterpretada, em um momento no qual os elementos definidores de nossa identidade cultural e nacional são rediscutidos e, principalmente, em um momento no qual diferentes caminhos são apontados para alcançarmos nosso pleno desenvolvimento e independência, a temática abordada pela *Revista Brasiliense* é, evidentemente, de grande amplitude. Montalvão (2006, p. 3) elabora minuciosa classificação dos artigos e notas publicados pela Revista Brasiliense (quadro I) o que, evidentemente, constituiu uma importante referência sobre a diversificação temática da publicação.

Quadro I - Frequencia temática observada		
	Artigos e Notas	%
Total	775	100,0
Assuntos Políticos	217	28,0
Política Nacional	93	12,0
Política Internacional	52	6,7
Socialismo e Socialismo no Brasil	20	2,6
Política Externa Brasileira	18	2,3
Operariado e Sindicalismo	16	2,1
Nacionalismo	12	1,5
Movimento Estudantil	6	0,8
Assuntos Econômicos	117	15,1
Economia Nacional	66	8,5
Capital Estrangeiro e Imperialismo	35	4,5
Petróleo e Petrobrás	10	1,3
Economia Internacional	4	0,5
Energia Atômica	2	0,3
Assuntos Sociais	126	16,3
Medicina e Alimentação	49	6,3
Educação	31	4,0
Questão Agrária	29	3,7
Nordeste: Análises e notas de viagem	11	1,4
Emprego e Previdência	6	0,8
Assuntos Literários, Acadêmicos e Culturais	315	40,6
Literatura	105	13,5
História	61	7,9
Teatro	28	3,6
Filosofia	24	3,1
Sociologia	24	3,1
Arte e Arquitetura	19	2,5
Cinema	19	2,5
Marxismo	9	1,2
Ciência	6	0,8
Psicologia e Psiquiatria	5	0,6
Antropologia	4	0,5
Música	4	0,5
Pesquisa Científica no Brasil	3	0,4
Teoria Econômica	2	0,3
Esperanto	1	0,1
Geografia	1	0,1

Modificado de MONTALVÃO, 2006 p.3

Ao fundar a *Revista Brasiliense*, em Setembro de 1955, Caio Prado Junior já era autor de longo percurso; das suas obras consideradas clássicas e referenciais, três já haviam sido publicadas: *Evolução Política do Brasil*, em 1933; *Formação do*

Brasil Contemporâneo, em 1942, e *História Econômica do Brasil*, em 1945. A quarta, *A Revolução Brasileira*, seria publicada em 1966.

Caio Prado Junior (1907 – 1990) é intelectual de difícil apresentação; possui uma gama de interesses e atividades extremamente ampla: História, Geografia, Filosofia, Política, Economia,... Impossível defini-lo sem considerar o todo; de acordo com Secco:

Sobre Caio Prado Junior não basta falar do comunista ou do historiador, nem mesmo do geógrafo, do filósofo, do economista com formação em direito, ou do paulista de família tradicional. Não! É o homem por inteiro que nos atrai e nos escapa a cada aproximação. Nenhuma daquelas dimensões pode ser deixada de lado se desejarmos compreender o ser humano como totalidade em processo, sempre inacabada. (SECCO, 2008, p. 11)

Caio Prado Junior, como já comentado, é o segundo colaborador mais frequentes da *Revista Brasiliense*, assinando 34 textos. O quadro II relaciona esses textos, indicando o número da Revista em que foram publicados.

Quadro II - Artigos e Notas de Caio Prado Junior publicados na Revista Brasiliense		
Número da RB	Bimestre	Título
2	ND / 55	Nacionalismo Brasileiro e Capitais Estrangeiros
3	JF / 56	A Dialética Materialista
4	MA / 56	O Sentido da Anistia Ampla
5	MJ / 56	Livros: Manual de Economia Política
6	JA / 56	A Crise em Marcha
7	SO / 56	A Nova Teoria Econômica Ortodoxa e a Crise do Capitalismo
8	ND / 56	A Política Brasileira
9	JF / 57	Livre Iniciativa Econômica e Iniciativa Estatal
11	MJ / 57	Capitais Estrangeiros
16	MA / 58	As Eleições Argentinas
18	JA / 58	Capitais Estrangeiros e Capitais Nacionais
20	ND / 58	A Lição das Eleições de 3 de Outubro
23	MJ / 59	Os Empreendimentos Estrangeiros e o Desenvolvimento Nacional
23	MJ / 59	Lógica Dialética e Dialética da Natureza
24	JA / 59	Nacionalismo e Desenvolvimento
26	ND / 59	A Economia Marxista
28	MA / 60	Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil
29	MJ / 60	A Reforma Agrária e o Momento Nacional
32	ND / 60	As Eleições de 3 de Outubro
32	ND / 60	Resposta de Caio Prado Junior
33	JF / 61	Convivência Pacífica
34	MA / 61	O Desenvolvimento Econômico e o Problema da Capitalização
34	MA / 61	A Instrução 204 e a Política Econômica Brasileira
37	SO / 61	A Conferência de Punta del Este
38	ND / 61	Panorama da Política Brasileira
39	JF / 62	A Remessa de Lucros e a Liberdade Econômica do Brasil
41	MJ / 62	O Projeto de Lei de Remessa de Lucros
42	JA / 62	A Remessa de Lucros e o Substitutivo Apresentado
42	JA / 62	A Crise em Marcha
43	SO / 62	Nova Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil
44	ND / 62	Perspectivas da Política Progressista e Popular Brasileira
46	MA / 63	Um Discurso Marca Época
47	MJ / 63	O Estatuto do Trabalhador Rural
51	JF / 64	Marcha da Questão Agrária no Brasil

Esta dissertação foi organizada de maneira que o capítulo 1 seja dedicado ao tema “desenvolvimento” propriamente, quando explicitado como tal; o capítulo 2, ao tema “nacionalismo” e o capítulo 3, à questão agrária. Essa ordenação e

disposição dos temas é – provavelmente - a que mais facilite a análise e a, conseqüente, apreensão das inter-relações existentes entre esses temas que, por si, já são de grande amplitude.

A conceituação e delimitação, os recortes propriamente, do objeto foram executados ao longo do próprio trabalho, respeitando-se a integralidade da lógica do texto ou do pensamento do autor. Estes foram, assim, tomados a partir de sua historicidade e complexidade, identificando suas singularidades para, então, retomar uma nova totalidade, revelando-se suas contradições e mediações o que, esperamos, contribua para a compreensão da posição de Caio Prado Junior em relação àquele momento histórico.

A totalidade, evidenciada pelas áreas de sobreposição, pelas articulações e, em um determinado sentido, pelas relações de subordinação, são evidentes e definidoras do tema, mas o esforço se deu na direção de identificarmos as singularidades, seus elementos determinantes; uma (re)conceitualização constante ao longo de todo o processo.

Assim, a análise *a posteriori*, ou seja, a construção historiográfica nos remete a outra questão, igualmente relevante, porque de grande poder de interação: a dissertação trata, justamente, da contribuição de uma publicação e de um autor, pelo debate proporcionado entre os anos de 55 e 64, ao tema desenvolvimento. Essa contribuição se manifestará, evidentemente, também no período posterior a 64 que, para o observador, também é passado. Como observa Fernando Novais,

O anacronismo consiste em não esquecer o que aconteceu depois do evento que o historiador está reconstituindo – ou seja, aquilo que os protagonistas não podiam saber e que ele sabe. Isto é muito grave, porque contamina a reconstituição. Mas também é difícil contornar o problema, pois não conseguimos esquecer o que queremos, nem lembrar o que desejamos. Esquecer ou lembrar não é uma escolha; a memória é um fato social. (...) Evitar o anacronismo não quer dizer que não se possam empregar conceitos modernos. Quer dizer que não se podem usar conceitos modernos na reconstituição. Na explicação é claro que podemos. E a dificuldade, como disse, está em que, em história, reconstituição e explicação não podem estar

separadas. Então, o problema do anacronismo não tem solução definitiva mesmo. (NOVAIS, in PRADO JUNIOR, 2011, p.411)

Assim, a avaliação dessa contribuição (como o debate 55-64 “municou” as propostas de desenvolvimento futuras) se dará com todos os desdobramentos dessa contribuição conhecidos pelo observador. Esta é uma fonte de interação muito importante e que, assim, esteve presente, e problematizada, a cada decisão de corte.

CAPÍTULO I

“Desenvolvimento”: da análise do concreto às alternativas de superação da dependência e da subordinação

Desenvolvimento, em amplo entendimento, e desenvolvimento econômico, em sentido estrito, sempre foram processos de difícil conceituação. Não somente se sobrepõem a processos e conceitos qualitativamente distintos, mas que lhes são próximos – nacionalismo e industrialização, por exemplo – como mantêm com estes, frequentemente, relação de articulação ou subordinação.

Além disso, a percepção de desenvolvimento, como tudo, é função do momento histórico; hoje, por exemplo, o tema sustentabilidade guarda com o conceito de desenvolvimento uma articulação muito próxima, sequer imaginada há algumas poucas décadas.

Caio Prado Junior estabelece, de forma clara, uma relação entre os conceitos de desenvolvimento, de desenvolvimento econômico, de industrialização e de nacionalismo; considerando também, nesse todo articulado, a condição de dependência. Caio Prado Junior percebe os processos de desenvolvimento e de industrialização como subordinados a uma orientação nacionalista, entendendo o subdesenvolvimento como decorrência da não existência de um projeto verdadeiramente nacional, ou seja, o processo de desenvolvimento pressupõe um projeto nacionalista; só assim o desenvolvimento poderá ser entendido de maneira ampla, pela sua dimensão qualitativa, que significa uma melhora na condição de vida da sociedade como um todo e não apenas, como denominado por Caio Prado Junior, pela “quantidade de progresso econômico”.

Vale pontuar que, ao demarcar essas duas dimensões – a quantitativa e a qualitativa – ao conceituar “desenvolvimento” e “desenvolvimento econômico”, Caio

Prado Junior antecipa à distinção que, a partir das décadas de 70 e 80, se faz entre “crescimento” e “desenvolvimento”:

O início dos anos 70 marca o reconhecimento, por parte dos meios acadêmicos e das instituições voltadas para o financiamento do desenvolvimento, de que as questões básicas relativas a desigualdades sociais e pobreza não estavam sendo equacionadas como resultado do crescimento econômico. Assim, as medidas de produto ou produto *per capita*, que vinham sendo adotadas como indicadores de desenvolvimento, seriam de fato inadequadas para esse fim.

Em consequência, popularizou-se naquela década a ótica dos *basic needs*, que abandona o uso da renda ou do produto como indicador de desenvolvimento, passando a adotar indicadores refletindo resultados efetivos em termos de qualidade de vida. (ROCHA, in FEIJO et al, 2001, p.18)

Retomando o desenvolvimento do raciocínio de Caio Prado Junior, temos que a industrialização, se considerada de forma independente de um projeto nacional, só reproduziria a relação desfavorável na troca de bens agrícolas por bens manufaturados:

Em suma, a industrialização brasileira, confiada como se pretende, à iniciativa de empresas internacionais, terá seus limites fixados pela nossa capacidade exportadora. Reproduz-se assim, embora de maneira velada e mais complexa o equivalente colonial da economia brasileira: uma economia exportadora de produtos primários destinados ao consumo de áreas dominantes no sistema internacional do capitalismo, em que continuaremos em nossa tradicional posição periférica e dependente. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº 24, p. 14).

A dependência é, assim, entendida como uma condição que decorre da ausência de um projeto nacional e, conseqüentemente, pela ausência de um desenvolvimento em sentido amplo, qualitativo; a condição de país dependente não é resultado, assim, simplesmente da condição de economia subdesenvolvida.

Se pudermos ordenar essas relações estabelecidas por Caio Prado Junior, mesmo que de forma reducionista, teríamos: o projeto nacionalista é condição primeira e absolutamente necessária para que a industrialização e a quantidade de riqueza produzida (desenvolvimento quantitativo, na denominação adotada por Caio

Prado Junior) tenham um caráter tal que impliquem em um processo de desenvolvimento de amplo sentido – um desenvolvimento qualitativo. O projeto nacionalista, dessa maneira, transforma a natureza da industrialização e da quantidade de riqueza criada, permitindo que esses processos, conjugados, determinem o desenvolvimento qualitativo, àquele que, uma vez em curso, possibilitará a superação da condição de subdesenvolvimento e dependência.

É claro que, ao se evidenciar primordialmente pelo Balanço de Pagamentos, a condição de dependente parece, de fato, decorrente do subdesenvolvimento econômico, ou seja, pela incapacidade do país em equilibrar suas contas pela exportação de produtos de maior valor. Na verdade, de acordo com Caio Prado Junior, o que se dá é o inverso: o subdesenvolvimento decorre da dependência. É a natureza do desenvolvimento, apenas quantitativo, que não permite que se supere a condição de subdesenvolvimento e, assim, a dependência se reproduz.

Ao estudar a relação entre desenvolvimento e acumulação capitalista, Caio Prado Junior indica as razões pela quais o desequilíbrio no Balanço de Pagamentos é um indicador tão importante da posição centro – periferia das economias no sistema capitalista.

Em um primeiro momento, Caio Prado Junior identifica o processo de desenvolvimento econômico ao da inversão de capital ou, em outras palavras, coloca o ritmo do desenvolvimento econômico de uma dada sociedade como função do ritmo de investimento verificado nessa sociedade. Como decorrência dessa identidade, Caio Prado Junior observa que nações que não dispõem de grandes volumes de capitais para essa inversão, podem ter seu desenvolvimento, em amplo sentido, comprometido caso transfiram essa função - a de investir - às economias já desenvolvidas. Nesse caso, há uma importante transferência do valor criado, o que, claro, será refletido no saldo do Balanço de Pagamentos.

Referindo-se à diferença entre o nível de desenvolvimento, em sentido amplo, das nações centrais – Estados Unidos e Europa, basicamente – Caio Prado Junior afirma:

...é preciso lembrar que os padrões relativamente elevados de que gozam as populações da Europa e dos Estados Unidos, se devem em grande parte à exploração das populações coloniais, semicoloniais e dependentes (como nós outros do Brasil). É graças a essa exploração (que se traduz entre outros fatos, nos baixos preços das matérias-primas fornecidas pelas colônias e países dependentes às indústrias dos países de alto desenvolvimento), é graças a isso que estes últimos países conseguem proporcionar às suas populações um nível de vida relativamente elevado. A pobreza de uns é a contrapartida do progresso dos outros. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº 34, p. 51)

Assim, a inversão de capitais pode, quando delegada às corporações internacionais, implicar em desenvolvimento econômico em sentido restrito, mas não em sentido amplo, não em desenvolvimento de caráter emancipatório com relação à condição de dependente.

Esse quadro, como visto, é refletido no balanço de pagamentos, mas não só na conta “balança comercial”; não é somente uma questão de diferença entre o valor agregado dos produtos exportados, comparativamente aos importados; a remessa de lucros dos empreendimentos estrangeiros no país também se configura como uma importante drenagem dos recursos nacionais. Caio Prado Junior argumenta que, para a defesa dos interesses nacionais, não basta uma regulamentação dos investimentos estrangeiros e da remessa de lucros, mesmo porque, na complexidade das finanças internacionais, é muito difícil que uma regulamentação, por mais ampla e detalhada que seja, tenha, de fato, um nível de eficiência tal, que consiga prever todos os caminhos que se apresentam como alternativas para que os interesses externos viabilizem essa transferência de valor; a melhor defesa dos interesses nacionais é, justamente, ter-se um projeto nacional claro com relação aos seus objetivos, ou seja, para Caio Prado Junior, a defesa dos interesses nacionais seria viabilizada por um programa de ação, de caráter,

evidentemente, não reativo e que objetivasse de forma clara e inequívoca a essência do projeto nacionalista. Ao comentar projetos de lei que objetivavam disciplinar as inversões estrangeiras no Brasil e a remessa de lucros para o exterior, comenta Caio Prado Junior:

Nada haveria a objetivar contra essa posição defendida (e queremos ser dos primeiros a aplaudi-la e lhe dar nosso mais caloroso apoio), se ela não se limitasse, como parece ser o caso, pelo menos essencialmente, à posição negativa de quem não tem uma ideia suficientemente precisa, e desde logo aplicável na prática, daquilo que se trata de defender, e o porquê dessa defesa. Em suma, o que me parece faltar nos propósitos da Frente Parlamentar Nacionalista² e nos projetos de Deputado Sérgio Magalhães³, é um programa construtivo e de conjunto, que assinale rumos bem marcados à economia brasileira, programa esse que harmoniosamente e como complemento necessário, incluísse as medidas de defesa contra tudo quanto pusesse obstáculo à sua realização. Sem uma definição preliminar e clara daquilo que se trata de defender (e o simples conceito de “economia nacional” é no caso insuficiente), faltarão o essencial de uma política nacionalista, a saber, os rumos e finalidades que se objetivam. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº 23, p. 2)

A partir dessa perspectiva de análise, que busca a essência das propostas nacionalistas para, justamente, lhes dar consistência, Caio Prado Junior retoma a questão da industrialização para, coerentemente, voltar a atribuir-lhe uma função central em nosso processo de desenvolvimento qualitativo. A industrialização desempenha a função de objetivo de nosso programa de ação de caráter nacional, ou seja, a industrialização se configura, dessa forma, como o cerne propriamente do projeto nacional:

Em suma, não é possível fazer frente à grande complexidade de problemas econômicos como esse da exploração imperialista realizada em nosso país pela finança internacional, sem ser através de planos amplos e de conjunto em que se inscrevam reformas de base de nossa estrutura. Colocada nessa larga perspectiva, o que fundamentalmente se propõe hoje no Brasil, é o

² Organização interpartidária criada em 1956 no Congresso Nacional e extinta em abril de 1964. Defendia a regulamentação da remessa de lucros ao exterior e da atuação do capital estrangeiro no país, particularmente quanto à exploração dos recursos naturais.

³ Deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro e um dos fundadores da Frente Parlamentar Nacionalista.

problema da industrialização. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº 23, p. 3)

No entanto, o processo de industrialização não se articula, por si, com o projeto nacional, muito menos como sua essência. Como já assinalado, o processo de industrialização, quando subordinado ao capital internacional, simplesmente reproduz a condição de dependência estabelecida. Para Caio Prado Junior não há conciliação possível entre esses dois caminhos, o da industrialização como essência do projeto nacional e a industrialização como meio para a reprodução e, em certo sentido, também para a modernização, da condição periférica e dependente.

Assim, para Caio Prado Junior, as políticas desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubitschek significam justamente a concretização da subordinação de nosso processo de industrialização aos interesses do capital internacional.

Nesse sentido, como já observado, o Plano de Metas apresentava um caráter absolutamente permeável ao capital estrangeiro e, essa característica, faz com que o Plano implicasse em transformações estruturais na economia brasileira. Como o processo de industrialização brasileiro, entre a 1930 3 1950, restringiu-se ao setor de bens de consumo, o Plano de Metas representaria, justamente, a decisão de se transferir ao capital internacional o poder sobre o centro dinâmico de nossa economia – o investimento – exemplificando a desarticulação observada por Caio Prado Junior entre o processo de industrialização e a essência dos interesses nacionais. De acordo com Paul Singer,

Claro que esse foi um dos dilemas históricos mais complexos enfrentados pela sociedade brasileira. A coligação desenvolvimentista, que abrangia os diversos grupos e setores que empresariais defensores da industrialização do país, abdicou nesse momento de um projeto nacional, que certamente seria mais difícil e mais demorado de ser implantado (SINGER apud LACERDA et al, 2006, p. 100)

Outra importante transformação estrutural na economia brasileira, decorrente do Plano de Metas e do conseqüente crescimento da participação do capital estrangeiro, é a uma delimitação do território de atuação dos capitais segundo seu controle e, claro, segundo o retorno proporcionado pelo setor produtivo:

A expansão da acumulação capitalista neste momento origina, também, aquilo que podemos chamar de “setorização” dos investimentos entre o capital estatal e os capitais privados (nacionais e estrangeiros). Ao capital estrangeiro coube o predomínio das indústrias dinâmicas - material de transporte, material eletroeletrônico, etc. - enquanto que seu parceiro nacional continuava no comando dos ramos ditos “tradicionais”. O Estado, enquanto produtor direto, responsabiliza-se pelos ramos de mais longa maturação dos investimentos e de mais lenta rotatividade do capital evitando, pois, que estes investimentos entrassem na igualização da taxa de lucro (o que levaria a uma tendência decrescente), ao mesmo tempo em que permite importantes “economias externas” à empresas privadas. (MANTEGA; MORAES, 1979, p. 27)

Aos que veem esse processo como, de alguma forma, benéfico ao país, porque passível - quando e se necessário - de regulamentação, Caio Prado Junior argumenta, de maneira impressionantemente contemporânea, sobre o caráter imperativo da necessidade de internacionalização do modo de produção capitalista e da conseqüente, incompatibilidade entre a presença desses empreendimentos estrangeiros em nosso país e um, mesmo que limitado, controle sobre a remessa dos lucros ao exterior; Caio Prado Junior entende como inerente à própria dinâmica da fase monopolista do modo de produção capitalista, a necessidade de se dispor dos lucros da operação, para direcioná-los de acordo com as necessidades de acumulação; em outros termos, Caio Prado Junior não entende como factível qualquer regulamentação que objetive a restrição das remessas ao exterior dos lucros advindos dos empreendimentos estrangeiros no Brasil:

É incoerente da nossa parte, contar para o processo de industrialização com o concurso de empreendimentos internacionais, e ao mesmo tempo pretender privar esses empreendimentos das condições essenciais ao seu normal funcionamento. Nem podemos pretender uma remodelação do capitalismo internacional e seus processos, feita sob medida e de acordo com nossas conveniências. Temos que aceita-lo tal qual é, ou então rejeitá-lo em bloco. Nessas condições, as medidas restritivas - como essa da

limitação da remessa de lucros e outros recursos dos empreendimentos internacionais que operam no Brasil – são interessantes unicamente no sentido que contribuirão para desestimular esses empreendimentos. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº 23, p. 9)

Nesse ponto, podemos observar que, de acordo com a análise de Caio Prado Junior, o processo de industrialização tem seu significado variando entre os conceitos de transformação e modernização; o primeiro, quando essência de um projeto verdadeiramente nacional (entenda-se, como decorrência, desenvolvimento também na dimensão qualitativa) e, o segundo, quando subordinado aos interesses do capital internacional.

Nesse sentido, Caio Prado Junior relativiza a industrialização e, assim, de forma didática, equaciona, pelo menos em parte, uma falsa aproximação conceitual: aquela que torna indistintos os conceitos de industrialização, desenvolvimento e modernização. A postura que associa o processo de industrialização ao de desenvolvimento, que ocorre naquele período, será objeto de análise de autores que, posteriormente, irão fazer a crítica a essa interpretação. Nesse sentido, a partir da leitura desses autores mais recentes, é que se percebe que a interpretação de Caio Prado Junior foi, de forma evidente, uma interpretação precursora. Como exemplo, das análises de autores mais recentes, podemos citar SILVA (1981):

A noção de industrialização indica a revolucionalização das forças produtivas pelas relações capitalistas, mas, tal qual é empregada em um grande número de estudos, a noção de industrialização esconde o verdadeiro conteúdo do processo, fazendo-o passar por processo de desenvolvimento neutro (socialmente neutro) das forças produtivas (SILVA, 1981, p. 21)

Essa neutralidade, tão precisamente conceituada por Silva, é claramente colocada por Caio Prado Junior como decorrente do industrialismo e tudo o que ele representou como transformação; percebido como um processo de grande abrangência é capaz de representar o avanço da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, sua própria transformação. Assim, Caio Prado Junior denuncia como falsa a perspectiva desenvolvimentista, inerente a esses três conceitos -

industrialização, desenvolvimento e modernidade -, que os apresenta como uma totalidade.

Assim, as análises desenvolvidas por Caio Prado Junior demarcam de forma clara a diferença entre o processo industrial como objetivo central do projeto nacional e como elemento subjugado aos interesses imperialistas; a aparência é a mesma; a essência, estruturalmente distinta.

A partir das análises desenvolvidas por Caio Prado Junior, relativas à conjugação estabelecida entre os conceitos de desenvolvimento, industrialização e nacionalismo, uma questão ganha relevância: aquela que coloca a orientação nacionalista como condição absolutamente necessária para que o processo de desenvolvimento aconteça em sentido amplo e não somente em sua dimensão econômica, ou seja, é a premissa nacionalista que permite que o processo de industrialização desempenhe a função de essência do desenvolvimento que promoverá a melhoria na condição de vida da sociedade. Essa relação pressupõe, de forma evidente, que o capitalismo possa ser compreendido como um modo de produção que comporte a possibilidade de delimitação de dois territórios em seu funcionamento: o nacional e o internacional, mantendo, evidentemente, as características que determinam a sua singularidade como modo de produção.

O imperialismo, tão intensamente contraposto ao nacionalismo, representaria o segmento internacional, ou internacionalizado, do capital ou representaria uma tendência inevitável do capitalismo, em seu então momento histórico de desenvolvimento? Caio Prado Junior, além da inviabilidade, já vista, da relação entre capital internacional e limitação na remessa de lucros, também caracteriza o modo de produção capitalista, ao longo do mesmo raciocínio, como um modo de produção que, modernamente, apresenta as tendências no sentido da “trustificação” e do monopólio como características da própria dinâmica do modo de produção capitalista:

A lei da moderna empresa capitalista, quando atinge as proporções daquelas que estamos considerando e que são os imensos trustes internacionais, é crescer permanentemente, ou perecer e dar lugar a outra mais combativa e eficiente. Crescer verticalmente e se abastecer a si própria dos fatores de que necessita em suas atividades, fazendo-se tanto quanto possível autossuficiente e independente de interesses estranhos que lhe possam embaraçar o livre e normal funcionamento, E crescer horizontalmente para eliminar concorrentes incômodos que entravam sua liberdade de movimentos e constantemente ameaçam sua integridade, e a própria existência. A moderna evolução econômica do capitalismo no sentido da trustificação, e a tendência para o monopólio, não resultam de nenhuma reprovável ganância dos capitalistas de nossos dias e de seus empreendimentos, e sim deriva do próprio sistema que no seu dinamismo incessante os força a marchar para frente sob pena de eliminação. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº 23, p. 8)

Caio Prado Junior acredita que o capitalismo atingiu um “limite de desenvolvimento”; esse limite evidencia-se pela incapacidade do modo de produção capitalista compensar a crescente defasagem entre a quantidade de bens produzidos e ofertados e a quantidade demandada desses bens. É precisamente essa defasagem a causa primeira das crises, cada vez mais frequentes no mundo capitalista.

Ao discorrer sobre teoria econômica e as razões para as crises capitalistas, Caio Prado Junior relata o desenvolvimento recente do pensamento econômico, no âmbito capitalista, a que ele denomina de ortodoxia; é por essa evolução que ele situa e analisa o, então atual, momento do modo de produção capitalista e, dessa forma, identifica e caracteriza o limite do processo de seu desenvolvimento.

Caio Prado Junior percorre as interpretações que cada uma das duas principais escolas ortodoxas de pensamento econômico fazem do próprio sistema capitalista e, particularmente, como cada uma delas entende e interpreta a natureza das crises capitalistas.

Inicia esse percurso por reafirmar, ou relembrar, o completo descrédito, em função da grande depressão dos anos 30, do pensamento “clássico” que, confiando nos mecanismos inerentes ao próprio sistema capitalista, adota a premissa do auto-

equilíbrio do sistema e, dessa forma, entendendo as crises sendo resultado de algum desequilíbrio parcial entre a oferta e a demanda:

A toda produção corresponde necessariamente a criação de um poder aquisitivo igual.

...

A equivalência da produção e do consumo, para o conjunto das mercadorias, somente não se verificaria se uma parcela das importâncias recebidas pelos agentes da produção (o capitalista e os trabalhadores) não fosse por eles despendida. Nesse caso, o valor da produção seria superior ao das despesas efetuadas com a compra de mercadorias; e uma parte destas sobraria no mercado, verificando-se em consequência a superprodução.⁴ (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº 7, p. 39-40)

Caio Prado Junior denomina de pensamento econômico clássico o que, hoje, conhecemos como pensamento econômico **neoclássico**. A denominação “Escola Clássica” foi dada por Karl Marx ao conjunto de pensadores de Adam Smith a David Ricardo, aproximadamente; a confusão se dá quando John M. Keynes, em 1936, na apresentação de sua principal obra (*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*), citando Marx como o “inventor” da expressão “Escola Clássica”, a estende aos economistas que sucederam a Escola Clássica.

A renovação do pensamento “ortodoxo” que, de acordo com Caio Prado Junior, pretende restaurar a confiança nas vantagens oferecidas pelo capitalismo, acontece, justamente, pelo reconhecimento que o modo de produção capitalista não tem a capacidade de se auto-equilibrar e que, assim, necessita de um constante monitoramento e intervenção do Estado para desfrutar de uma razoável estabilidade com, conseqüentemente, menores níveis de oscilação entre a oferta e a demanda.

⁴ Essa equivalência (“A Oferta cria sua própria Demanda”), conhecida como Lei de Say (Jean-Baptista Say), é a base para todo o raciocínio liberal neoclássico.

Essa é, em essência, a teoria apresentada por Keynes, que credita à insuficiência dos investimentos, a razão dos desequilíbrios.

O centro das atenções de Keynes, como da generalidade dos economistas do seu tempo, que se ocupavam do problema das flutuações e crises econômicas, está na questão das inversões e da sua insuficiência para dar escoamento à parcela do produto social não absorvido pelo consumo final. Mas ao contrário de seus colegas clássicos, Keynes não confiava nos reguladores automáticos do capitalismo. Entendia mesmo que uma redução dos salários poderia ocasionar efeitos inversos daqueles previstos pela teoria clássica; a saber, provocar uma redução ainda maior no consumo e, conseqüentemente, um agravamento do desequilíbrio entre produção e consumo. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº 7, p. 42)

Considerando sobre as duas abordagens econômicas e destacando seus elementos essenciais, Caio Prado Junior passa a discorrer sobre o mecanismo de funcionamento do modo de produção capitalista para, logo após, refletir sobre as crises: suas causas e características. Nessa reflexão, de certa forma, Caio Prado Junior aproxima as duas escolas de pensamento, argumentando que ambas, em essência, trabalham com a mesma contradição ou antagonismo.

O funcionamento do modo de produção capitalista é descrito por Caio Prado Junior de acordo com a forma de circulação desenvolvida por Marx (1983, p. 95) e reproduzida por Paul Sweezy (1983, p. 116) em sua obra, hoje clássica, *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Esse texto é, inclusive, citado e recomendado por Caio Prado Junior para um maior aprofundamento do tema, caso esse fosse o desejo do leitor. Embora Caio Prado Junior retome de Sweezy o mecanismo de circulação, o confronto entre a reflexão de Caio Prado Junior, o texto de Sweezy e do próprio Marx, revela, nesse aspecto, uma unicidade. Vale notar que Caio Prado Junior faz referência à primeira edição em inglês, de 1942, da obra de Paul Sweezy, bem como à tradução em espanhol, editada pelo Fundo de Cultura Econômica, no México, em 1945.

Assim, Caio Prado Junior recupera, pelo texto de Paul Sweezy, o mecanismo de circulação desenvolvido por Marx: a produção simples de mercadorias tem como

forma de circulação aquela que transforma a Mercadoria em Dinheiro e, após, se transforma novamente em Mercadoria, ou seja, o dinheiro funcionaria unicamente como um meio facilitador para a troca (é evidente que a função “medida de valor” está implícita na função “meio de troca”) e, nesse sentido, é moeda⁵. Essa relação foi assim representada por Marx: **M – D – M** (Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria).

Com o Capitalismo, essa forma de circulação é invertida, ou seja, o objetivo da ação econômica deixa de ser o valor de uso e passa a ser o valor de troca; em outras palavras, toda a atividade produtiva tem por objetivo último a troca e, assim, temos: **D – M – D'** (Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro'), com D' maior que D. Nas palavras de CPJ:

O processo produtivo do capitalismo consiste essencialmente numa circulação de valores, que constituem propriamente o capital, e que assumem sucessivamente, no curso daquele processo, formas diferentes. A forma inicial do capital, e ponto de partida do processo produtivo, é em geral o dinheiro que exprime uma certa soma de capital. Esta soma expressa em dinheiro, é empregada na aquisição de aparelhamento produtivo (máquinas, instalações, etc), matérias-primas e semiacabadas; e finalmente força de trabalho (aquisição esta última que se faz pelo engajamento de trabalhadores assalariados). Da atividade produzida pela conjugação desses fatores, resultam os produtos destinados à venda, que são as mercadorias as quais uma vez vendidas reconstituem nas mãos do capitalista empresário, sob a forma de dinheiro o capital inicial acrescido do lucro daquele capitalista. Repete-se em seguida o ciclo pela nova transformação do capital–dinheiro em capital-fatores de produção; e assim sucessiva e ininterruptamente. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº 7, p. 45-46)

É a partir desse mecanismo de circulação que Caio Prado Junior entende a natureza das crises do modo de produção capitalista. Como visto, para ele, a diferença básica entre a abordagem clássica (neoclássica) e a keynesiana, quanto à compreensão do funcionamento do capitalismo, consiste no reconhecimento, pela primeira, de um sistema que se auto regula e que, assim, sempre caminha em

⁵ A Escola Marxista de Pensamento Econômico diferencia os conceitos de Moeda e Dinheiro, justamente pela mudança, com o advento do modo de produção capitalista, das funções “meio de troca” (moeda) para a função “objetivo da atividade produzida” (dinheiro),

direção a uma situação de equilíbrio e, para a segunda, o sistema é imperfeito e, dessa forma, necessita de uma interferência externa para alcançar uma situação de equilíbrio.

Todavia, tanto em relação aos “clássicos”, como em relação aos keynesianos, o desequilíbrio do sistema se dá, para Caio Prado Junior, sempre como decorrência da diferença entre a quantidade ofertada e a quantidade demandada de mercadorias; essa diferença, assim, seria a origem de todas as crises. As interpretações sobre as razões para a crise, no entanto, diferem entre essas escolas de pensamento.

Para os “clássicos”, diz Caio Prado Junior, a razão estaria localizada na pouca flexibilidade do preço do “fator de produção” trabalho que, mantido alto de forma artificial, pela ingerência dos sindicatos e leis, não permitia que os preços das mercadorias diminuíssem, fazendo, dessa forma, com que o nível da demanda por bens fosse prejudicado, havendo, em decorrência, uma crise de superprodução e, em função dessa maior oferta, os empresários deixando de realizar inversões, formando-se, assim, um ciclo vicioso. Tal receituário “clássico”, referido por Caio Prado Junior, será reconhecido também pela historiografia, da qual podemos tomar como exemplo as análises de Frieden (2008) sobre a crise de 1929:

Os governos dos países industriais, no entanto, tinham outra ideia sobre o que fazer em relação ao declínio dos preços: nada. A sabedoria adquirida e a experiência do pré-guerra diziam que a recessão iria se autocorriger. Quando os salários tivessem caído o suficiente, os capitalistas recontratariam os trabalhadores; quando os preços tivessem caído o suficiente, os consumidores começariam a comprar novamente. À medida que os preços e salários diminuíssem, a demanda aumentaria até o restabelecimento do equilíbrio. (FRIEDEN, 2008, p. 194)

É em função desse diagnóstico que, para Caio Prado Junior, se estrutura a proposta de intervenção do estado como financiador do déficit necessário à retomada do volume de inversões como forma de neutralizar o montante poupado

e, conseqüentemente, não investido no sistema produzido. Nas palavras de Caio Prado Junior:

Para Keynes, a crise era determinada pelo desequilíbrio entre a poupança e a inversão; isto é, uma inversão insuficiente, num certo momento, para absorver a totalidade da poupança corrente. Daí uma demanda incapaz de cobrir a produção total de mercadorias (bens de consumo + bens de produção). De fato, o poder aquisitivo gerado no processo da produção equivale ao valor dessa produção. Assim sendo, se a totalidade desse poder aquisitivo é normalmente aplicado na aquisição da produção realizada, seja de bens de consumo, seja de bens de produção, não pode haver desequilíbrio e superprodução. Mas se a parte daquele poder aquisitivo que é poupada e deveria ser aplicada em bens de produção, isto é, destinada à inversão, não tem essa aplicação, e permanece imobilizada, o mercado e a demanda se acharão desfalcados e não contrabalançarão mais a produção realizada. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº 7, p. 43)

Caio Prado Junior, como dito anteriormente, após discorrer sobre a circulação no modo de produção capitalista e também sobre a natureza das crises, de acordo com as abordagens “clássica” e keynesiana, aproxima as duas escolas de pensamento, pois, na essência, querem dizer a mesma coisa: a natureza das crises está, de fato, no desequilíbrio entre a oferta e a demanda.

No entanto, para Caio Prado Junior, esse desequilíbrio é antes consequência que causa; a crise não é de superprodução, mas de subconsumo (seria de superprodução se as necessidades humanas estivessem plenamente satisfeitas). No processo de circulação, o capital assume diferentes formas e é dividido, grosso modo, entre salários e mais-valia (lucro), sendo que essa última parcela cresce proporcionalmente mais que a primeira, em claro prejuízo do consumo; o ritmo de acumulação, lei fundamental do modo de produção capitalista pela qual, inclusive, a “eficiência” do empreendimento é medida, determina esse crescimento desproporcional entre a massa salarial e o montante investido e reinvestido na capacidade produtiva. Se considerarmos, diz Caio Prado Junior, que essa circulação é contínua, que o lucro é realizado constante e sistematicamente, em períodos relativamente curtos, essa defasagem irá se manifestar como crise,

decorrente da menor capacidade de compra do trabalhador que, evidentemente, não consegue acompanhar o ritmo de crescimento da oferta.

É isso que constitui o fator essencial e fundamental do desequilíbrio do sistema capitalista: uma capacidade produtiva que se desenvolve em um ritmo superior ao da capacidade de consumo. Decorre daí que, periodicamente, e depois de uma fase mais ou menos prolongada de aparente normalidade e prosperidade, começa a verificar-se uma produção superior à capacidade de absorção do mercado, o que se revela no declínio relativo do ritmo de vendas e no crescimento dos estoques de mercadorias invendáveis. Resulta daí que uma parte do capital em circulação não retorna, ou demora mais que o usual em retornar à sua forma inicial e original; isto é, não se transforma em dinheiro. Em consequência declina o ritmo das inversões (que se realizam precisamente com aquele capital dinheiro), e se rompe inteiramente o equilíbrio entre a oferta e a procura de bens econômicos pois não se verificará mais a equivalência entre o valor das mercadorias produzidas e o poder aquisitivo do mercado: esse poder aquisitivo se encontrará desfalcado do valor da produção realizada mas não liquidada, isto é, não vendida, (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº 7, p. 49)

Do próprio crescimento da concentração de capital, advém o limite do sistema; cada vez com uma frequência maior, as crises, que funcionam como uma espécie de reguladores do sistema, já que permitem que o processo de concentração de capital seja retomado, também ganham em magnitude, já que o volume de capital colocado em circulação é crescente, o que equivale a dizer que a cada crise fica mais difícil compensar o desequilíbrio com inversões externas ao sistema. A questão, então colocada por Caio Prado Junior, é:

A ampliação das flutuações cíclicas e das crises no correr da história do capitalismo estão aí para comprová-lo. É evidente que se para compensar o subconsumo requer-se uma inversão aumentada, e essa inversão determina, como é da sua natureza, um aumento da produção de bens de consumo, o mal tende permanentemente a se agravar. Até quando será possível manter a progressão crescente, e em ritmo cada vez mais acelerado, de novas inversões? (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº7, p. 51)

Dessa forma, conclui Caio Prado Junior, frente a esse mecanismo, que faz com que as possibilidades de crescimento (concentração) de capital se esgotem rapidamente, o capitalismo busca, de forma urgente, todas as possibilidades de

ampliação da concentração ou, o que é equivalente, busca novas possibilidades de inversão de capital. Assim, é a partir dessa necessidade imperativa que o modo de produção capitalista percebe os territórios nos quais há, ainda, a possibilidade de inversões, possibilidades de continuidade do processo de acumulação; é justamente essa característica que delimita a periferia do sistema. Nas palavras de Caio Prado Junior:

Apresenta-se assim a solução alternativa que vem sendo proposta, de estimular as inversões em países e territórios ainda mal atingidos pelo capitalismo ou onde este ainda não amadureceu. O sistema encontrará aí, segundo se espera, as oportunidades de novas iniciativas e inversões que já lhe fazem falta nos grandes centros de elevada densidade econômica e por isso saturados de capitais. Note-se que isso corresponde a restaurar uma das circunstâncias que proporcionaram no passado o desenvolvimento capitalista, a saber, a abertura de novos territórios. (PRADO JUNIOR *Revista Brasiliense*, nº 7, p. 53).

Portanto, em síntese, para Caio Prado Junior, no limite, o modo de produção capitalista manifesta sua característica internacional, decorrente da necessidade imperativa da continuidade do processo de capitalização.

Essa análise de Caio Prado Junior, absolutamente rigorosa, ao colocar a internacionalização do modo de produção capitalista como uma característica estrutural desse modo de produção - porque fundamental à continuidade do processo de acumulação - é, de forma evidente, contraditória com a defesa da premissa nacionalista para alcançar-se o desenvolvimento em sentido amplo.

Essa, pelo menos aparente, contradição pode ser facilmente superada se inferirmos que para o autor, somente no modo de produção socialista uma premissa verdadeiramente nacional – conforme conceituada – poderia se concretizar; ou seja, no âmbito do modo de produção capitalista, pelas próprias características estruturais desse modo de produção, uma postura verdadeiramente nacional não poderia realizar-se de forma plena.

No entanto, essa situação, apesar da inferência ser plausível, não é explicitada por Caio Prado Junior nos textos analisados; assim, a aparente contradição fica, de fato, em suspense. Deve-se, nesse ponto, compreender-se melhor o entendimento do autor sobre o nacionalismo para, então, retornar a essa questão. Esse será o tema do segundo capítulo.

CAPÍTULO II

O Nacionalismo como premissa política

Nesse capítulo será desenvolvida a perspectiva pela qual Caio Prado Junior percebe o nacionalismo, que, para ele, é uma das premissas fundamentais para o desenvolvimento autônomo e independente de uma sociedade. Como visto, para Caio Prado Junior, é o nacionalismo que determina a natureza do processo de industrialização e, conseqüentemente, o caráter do desenvolvimento: aquele que promove a autonomia, ou aquele que reproduz a dependência.

Para uma compreensão mais profunda dessa articulação, de acordo com o pensamento de Caio Prado Junior, é necessário observar, justamente, em que consiste, objetivamente, essa premissa nacionalista para o autor: de que forma ela se expressa e de que forma ela se concretiza.

Caio Prado Junior, de início, distingue o movimento nacionalista brasileiro de todo e qualquer movimento com características xenófobas ou preconceituosas com relação ao estrangeiro.

O nacionalismo brasileiro é, assim, um movimento distinto das experiências, então recentes, que envolveram em alguma medida a noção, ou o discurso nacionalista:

É particularmente de notar que nosso nacionalismo não se reveste de nenhum destes aspectos negativos que tão frequentemente, em outros lugares e épocas, acompanha as manifestações nacionalistas. Ele não tem nada de xenófobo, de desconfiança instintiva e indiscriminada contra o estrangeiro. Não é o preconceito que mesmo acessoriamente inspira o nacionalismo brasileiro de nossos dias. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº2, p. 82)

Essa distinção, precisamente colocada por Caio Prado Junior, é fundamental para a época, já que somente duas ou três décadas separavam o, então, tempo presente do período entreguerras, no qual movimentos fascistas se apropriaram do termo “nacionalista” em um sentido muito particular e de forma bem eficiente. Sobre essa apropriação do termo “nacionalista” pelos movimentos de extrema direita, diz Hobsbawm,

Entre os ex-beligerantes, o nacionalismo, é claro, tinha sido reforçado pela guerra, especialmente após a maré de esperança revolucionária ter baixado no início da década de 20. O fascismo e outros movimentos direitistas foram rápidos em explorar isso, fazendo-o, em primeira instância, para mobilizar os estratos médios, e outros apavorados com a revolução social, contra a ameaça vermelha que podia ser – especialmente na sua forma bolchevique – rapidamente identificada com o internacionalismo militante e, o que parece ser a mesma coisa, com um antimilitarismo reforçado pelas experiências bélicas em 1914-1918. O apelo de tal propaganda nacionalista era bem mais eficiente, mesmo entre trabalhadores, à medida que culpava os inimigos, de fora, e os traidores, de dentro, pelo fracasso ou pela fraqueza. E havia bastante fracasso e fraqueza para serem explicados. (HOBBSAWM, 2002, p. 172)

Caio Prado Junior também rebate outra crítica frequente ao movimento nacionalista: aquela que vê o nacionalismo como resultado de uma postura essencialmente emocional acerca das questões fundamentais para o Brasil e que, em função dessa importância, deveriam ser encaminhadas de forma mais refletida e racional:

Evidentemente que se por “temperamental” se entende que o nacionalismo conta com o sentimento brasileiro, então o nosso nacionalismo é “temperamental”, como o são necessariamente todos os movimentos coletivos, e mesmo individuais, pois toda ação, ditada embora pelos mais racionais dos motivos, encontra sempre seu impulso motor na esfera emotiva dos homens. Esses nunca se movem, diretamente, pelo estímulo de frios raciocínios lógicos, por mais perfeitos que sejam; e é sempre a emoção que desencadeia seus atos. Mais ainda: o mais racional dos homens não é somente raciocínio, e pelo contrario, o raciocínio dele se alimenta da seiva profunda que brota de sua emotividade.

Nesse sentido, portanto, o nacionalismo brasileiro será temperamental. Mas isso não exclui o conteúdo racional e científico das teses em que se apoia. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº2, p. 81)

Após essas ressalvas iniciais, Caio Prado Junior identifica o nacionalismo brasileiro a uma expressão da consciência de parcela da população que reage à condição subordinada e dependente do Brasil ao capitalismo internacional, ou seja, o nacionalismo é, sobretudo, um pensamento político, uma premissa política:

Como pensamento político, ele exprime tão somente a consciência que adquiriu ponderável parcela da opinião pública brasileira, da situação dependente e subordinada em que se encontra o país com relação aos grandes centros financeiros e capitalistas do mundo contemporâneo. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº2, p. 82)

Dessa consciência política, alicerçada no “conteúdo racional e científico de suas teses”, de acordo com as palavras de Caio Prado Junior, decorre a força do movimento nacionalista, que se caracteriza como uma das grandes campanhas de toda a história brasileira. É importante observar, assim, a força política, a capacidade de mobilização e a combatividade que Caio Prado Junior percebe no movimento nacionalista, chegando mesmo a compará-lo, em importância, à luta da Independência e à campanha da Abolição: “A campanha nacionalista já hoje se situa no mesmo plano de luta da Independência e da campanha da Abolição” (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº2, p. 82)

Essa enorme capacidade de mobilização do movimento nacionalista já havia sido demonstrada objetivamente – e, com certeza, Caio Prado Junior estava impactado por esse fato – pela campanha “O Petróleo é nosso” que, com uma muito ativa participação dos comunistas, agitava o país em seus mais diversos segmentos, “ameaçando afetar os lucrativos negócios da Standard Oil, firmemente organizada no Brasil, e controlada pelo grupo Rockefeller” (MENDES JR; MARANHÃO, 1982, p. 251)

Retomando a questão da premissa nacionalista, Caio Prado Junior inicia sua análise, justamente, reafirmando a condição periférica e dependente do Brasil e, no contexto dessa discussão, critica fortemente o conceito de subdesenvolvimento. Para Caio Prado Junior, esse conceito, ao não refletir as verdadeiras causas de

nosso atraso - justamente a nossa posição periférica e dependente -, torna-se vazio e sem sentido, só contribuindo para “mascarar essa situação”; nosso atraso não será equacionado, assim, se a discussão ocorrer no círculo vicioso da falsa relação entre insuficiência de capitais e subdesenvolvimento e, muito menos, se for justificado por determinantes geográficas ou étnicas.

A relação entre o nacional e o desenvolvimento, para Caio Prado Junior, não deve ser vista como uma questão de produtividade; não se trata de um simples incentivo ao desenvolvimento de nossas forças produtivas: “de produzir 100 onde hoje se produz 10” (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº2, p. 83); isso remeteria a questão à posição, já vista, que vincula o atraso brasileiro a um fator unicamente histórico-temporal.

Para Caio Prado Junior, a relação de dependência entre o Brasil e o sistema internacional capitalista implica em uma subordinação do Brasil a acontecimentos e movimentações ocorridos nos países centrais do sistema e que sobre as quais não se tem nenhuma possibilidade de ação:

Encontramo-nos entrosados nesse sistema de tal maneira que nossa vida e nosso desenvolvimento econômico se subordinam estreitamente a acontecimentos e circunstâncias estranhas que se passam nos centros daquele sistema e sobre as quais não temos ação alguma. E é por isso que as perturbações que sofremos aparecem sempre, em primeiro lugar, nos setores através dos quais aquele entrosamento se realiza de maneira mais direta e aparente e onde os acontecimentos estranhos de que sofremos as consequências repercutem desde logo e se fazem imediatamente sentir. A saber, as nossas relações comerciais e financeiras com o exterior. Em suma, (e isso não é de hoje, mas vem de longa data e forma uma constante de nossa evolução econômica) é naquelas relações que reside o ponto nevrálgico de nossa conjuntura. E isso evidencia muito bem a situação de dependência em que nos encontramos de um sistema internacional cujas alavancas se manejam à nossa revelia e nas quase não temos a menor interferência. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº2, p. 84)

Identificando-se as “alavancas que manejam o sistema internacional” e a forma como atuam, identificar-se-ia, de acordo com Caio Prado Junior, “os elos que nos ligam ao sistema internacional do capitalismo e nos colocam por isso mesmo

na posição dependente e subordinada em que nos encontramos relativamente aos grandes centros daquele sistema” (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº2, p. 85)

Como visto anteriormente, e sempre de acordo com Caio Prado Junior, o processo de industrialização, quando deixado à iniciativa do capital estrangeiro, transforma o próprio caráter do desenvolvimento, não contribuindo para o processo de emancipação nacional; essa transformação decorreria do controle exercido pelo capital estrangeiro do investimento e, como o investimento é a própria essência do processo de acumulação, de toda a dinâmica da economia. Aprofundando essa relação, Caio Prado Junior a vincula à outra, também já vista: àquela que se refere à necessidade dos países centrais de realizar inversões, com a necessidade dos países periféricos de receber inversões.

A conjugação entre a necessidade dos países centrais e àquela dos países periféricos não é, sob qualquer aspecto, uma conjugação de complementaridade. Para Caio Prado Junior, a dinâmica do capitalismo em âmbito internacional se dá pela concorrência existente entre os diversos países necessitados de investimento; esses países, em seu conjunto, configuram o território para o qual o capital pode se deslocar, sempre obedecendo à sua necessidade de expansão. Dessa forma, o deslocamento do capital internacional se dá, justamente, de acordo com o nível de atração que cada um desses países exerce sobre o capital internacional, e essa atratividade nada mais é que a taxa de lucro esperada em cada um desses países; assim, as reais necessidades dos países não são, evidentemente, levadas em consideração:

Efetivamente, a abundância ou escassez de capitais disponíveis nos países inversores não se relacionam, é obvio, com a situação interna dos países periféricos necessitados de capitais. Doutro lado, como a concorrência na aplicação de capitais se realiza no caso que estamos considerando em plano internacional, a alternativa que se oferece aos capitais não é entre uma e outra aplicação dentro de um mesmo país, mas entre países diferentes. Não são assim as necessidades do país que recebe capitais estrangeiros que essencialmente determinam o volume, o ritmo e a orientação dos

investimentos, e sim fatores que lhe são estranhos e sobre os quais a sua conjuntura própria e interna não exerce e não pode exercer senão influência remota e muito indireta. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº2, p. 86)

Caio Prado Junior, nesse momento da análise, chama a atenção para o argumento segundo o qual o Brasil, por não possuir recursos próprios, necessita, de forma imperativa, de capitais externos para viabilizar seu desenvolvimento. Conceitua, então, o que é investimento estrangeiro e, com isso, distingue suas possíveis naturezas: a transferência para o Brasil de capital que pertence a estrangeiros e que, assim, passa a ser nacional; o capital investido no Brasil com o objetivo de remeter lucros ao exterior e que, dessa forma, continua ligado ao centro internacional que lhe deu origem e, por último, a própria tecnologia estrangeira, que poderia ser adquirida no âmbito estritamente comercial, mantendo-se, assim, a liberdade no momento da tomada de decisão sobre o investimento, o que significaria uma perfeita adequação do investimento às verdadeiras necessidades nacionais:

Desfaçamos certas confusões que são frequentes quando se fala em “capital estrangeiro”, em cujo conceito, inadvertidamente ou não, se misturam muitas vezes coisas bem distintas; a saber, a técnica estrangeira, o equipamento industrial ou outro (máquinas, etc.) que precisamos trazer de fora, e finalmente a natureza específica do capital estrangeiro que se pretende aqui investir. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº11, p. 15)

Caio Prado Junior lembra que o processo ocorrido nos Estados Unidos é sempre citado como exemplo da eficiência do investimento estrangeiro em proporcionar desenvolvimento; o que, segundo o autor, só se deu porque o investimento estrangeiro ocorrido nesse país refere-se ao primeiro tipo, ou seja, aconteceu nos Estados Unidos uma maciça transferência, ou nacionalização, de capitais externos, que não implicou em prejuízo das decisões sobre o melhor caminho a ser tomado pela sociedade norte-americana.

Evidentemente, é com relação ao segundo tipo de investimento estrangeiro, àquele capital que tem por objetivo último promover a remessa de lucros ao

exterior, que Caio Prado Junior dirige suas críticas e o percebe como incompatível a um processo de desenvolvimento nacional de caráter emancipatório.

Considerando-se que a nacionalização de capitais estrangeiros – àqueles capitais do segundo tipo – represente pouco, vis-à-vis a necessidade total de investimento, uma nova questão se coloca: de que forma conciliar os interesses nacionais, entendidos como a manutenção do poder de decisão quanto ao direcionamento dos investimentos, com a insuficiência da disponibilidade interna de capitais e, conseqüentemente, com a necessidade de investimento estrangeiro?

Caio Prado Junior considera que a instalação de filiais das grandes corporações no Brasil não representa, evidentemente, uma alternativa para compensar a insuficiência interna de capitais e, dessa forma, viabilizar a industrialização brasileira. Nesse ponto do desenvolvimento de sua análise, Caio Prado Junior, retoma, para superá-la, a questão deixada pendente no final do primeiro capítulo, qual seja, como conjugar a internacionalização do modo de produção capitalista - característica estrutural desse modo de produção – com a defesa da premissa nacionalista quanto à inversão propriamente?

Primeiramente, Caio Prado Junior recorda ao leitor que a depreciação do capital fixo (maquinário e equipamento) pelas grandes corporações internacionais, é realizada pelo equivalente a 20% de seu valor total ao ano, ou seja, a inversão realizada pelo capital internacional, tida por alguns como tão fundamentalmente necessária ao processo de industrialização, é paga pelo Brasil no prazo de cinco anos:

Temos de pagá-los (os investimentos) sob a forma de amortizações que segundo a técnica contábil empregada nesses casos é de 20% anuais. Isso significa que pagamos em regra, no prazo de cinco anos, todo o equipamento que o capital estrangeiro nos traz; o que não quer dizer evidentemente que ele se torne nosso e se incorpore à economia brasileira: seu titular será sempre o capitalista estrangeiro, e continuaremos obrigados a remunerar seu capital com lucros, juros e outras formas de pagamento. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº11, p. 16)

Na sequência, Caio Prado Junior compara o investimento realizado no Brasil pelo capital internacional, às importações: frente a um desequilíbrio em sua balança comercial provocado pelo excesso de importações, o país tem mecanismos claros e eficientes de controle: desvalorização da moeda e tarifas alfandegárias, fundamentalmente; com relação à remessa de lucros – na fase de depreciação do investimento, ou após ela – o controle é muito mais difícil, já que o desequilíbrio se manifesta na conta de capitais, ou seja, a única alternativa é a suspensão dos pagamentos externos.

Dessa forma, para Caio Prado Junior, o investimento estrangeiro no Brasil, além de ser pago em um muito curto prazo, determina um fluxo negativo de renda que, inevitavelmente, desequilibrará as contas externas brasileiras; quanto mais se investe, maior será o volume de recursos enviados ao exterior e, assim, maior será nosso endividamento:

O que os empreendimentos imperialistas trazem como economia de importações é certamente ultrapassado com larga margem por aquilo que nos vão custar em outros itens de pagamentos ao exterior. A prova disso se encontra nos dados de nossa balança de contas externas, onde a remuneração das inversões estrangeiras avulta cada vez mais, e o atendimento dela se faz sempre mais difícil e com maiores sacrifícios para o País. É de notar que nos últimos anos as remessas de rendas das inversões estrangeiras no Brasil já vêm ultrapassando largamente o afluxo de capital novo. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº11, p. 20)

Frente a esse mecanismo, Caio Prado Junior defende como caminho alternativo, justamente, à resistência a esse mecanismo, com o investimento necessário à nossa industrialização sendo obtido pelo sistema de financiamento. As compras, financiadas, seriam realizadas diretamente às corporações que, na impossibilidade de transferir recursos ao país, concordariam em vender bens de capital, mesmo que sem o controle do investimento. Nesse contexto, Caio Prado Junior, cita como exemplo a União Soviética, que escolheu esse caminho para

suprir a necessidade de recursos para a inversão industrial, mas sob seu absoluto controle:

A construção da primeira indústria automobilística soviética coube à Ford Motor Company; a de tratores à General Motors; a de equipamentos agrícola, à International Harvester. A grande usina hidrelétrica do Dnieper foi construída pela poderosa firma inglesa Metropolitan Vickers, e outros exemplos similares poderiam ser citados. O impulso inicial da industrialização intensiva da União Soviética, no que diz respeito à técnica e fornecimento de equipamentos, foi devido inteiramente ao concurso de grandes trustes internacionais. Mas esse concurso foi obtido em bases comerciais, isto é, com vantagens recíprocas, e sem que uma das partes alienasse à outra e sua personalidade. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº2, p. 92)

Assim, de acordo com Caio Prado Junior, a conjugação entre o traço internacionalista do modo de produção capitalista e a premissa nacionalista é viável e conseguida, essencialmente, por uma postura de resistência e enfrentamento ao próprio capital internacional; essa resistência e enfrentamento se dão, primordialmente, no campo político, porém com um claro e muito bem delimitado objetivo no campo econômico: liberdade no momento em que a decisão sobre o investimento é tomada.

Percebe-se, hoje, que essa questão – caráter internacional do modo de produção capitalista versus postura nacionalista -, da forma como equacionada por Caio Prado Junior, continua essencial à discussão das estratégias para a emancipação dos países periféricos; ao tratar do tema “capital transnacional e Estados nacionais”, diz Mészáros:

Para os pensadores que adotam o ponto de vista do capital, foi sempre muito difícil resolver a contradição entre a tendência fundamental de desenvolvimento econômico transnacional expansionista e as restrições a ela impostas pelos Estados nacionais historicamente criados. Muitas vezes – na velha tradição de se imputar os problemas ao “núcleo incontrolável da natureza humana”, uma espécie de fuga convenientemente arquitetada – eles atribuíam as explosões manifestadas em conflitos nacionais à “irracionalidade” de gente rebelde (muitas vezes também rotulada de

“inferior” e assim descartada), procurando remédios onde eles não poderiam se encontrados. (MÉSZÁROS, 2002, p. 227)

Desenvolvendo o tema, Mézszáros contrapõe, Friedrich von Hayek, como exemplo daqueles que “adotam o ponto de vista do capital” a Harry Magdoff, o contraexemplo:

...a “teologia da libertação” pode se fundir ao nacionalismo para produzir uma nova e poderosa religião, com desastrosas consequências para as pessoas que já estão em péssima situação econômica (Friedrich von Hayek apud MÉSZÁROS, 2002, p. 228)

É importante ter em mente que praticamente todas as multinacionais são de fato organizações nacionais que funcionam em escala global. Não estamos negando que o capitalismo seja, e sempre foi, desde o início, um sistema mundial, nem que tal sistema tenha se tornado mais integrado por ação das multinacionais. Contudo, assim como é essencial compreender e analisar o capitalismo como sistema mundial, é igualmente necessário admitir que cada empresa capitalista se relaciona ao sistema mundial por intermédio do Estado-nação e, em última análise, dele depende. (MAGDOFF *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 229)

Finalmente, cabe considerar a análise desenvolvida por Caio Prado Junior, em sua essência, em contraposição à atual fase do modo de produção capitalista, caracterizada, justamente, pela globalização (ou mundialização) do capital e dos mecanismos que referenciam “seu desempenho e sua regulação”. Nas palavras de François Chesnais:

Torna-se cada dia mais evidente que, quando se fala em mundialização do capital (ou quando se dá um contexto mais rigoroso ao termo inglês de “globalização”), está-se designando bem mais do que apenas outra etapa no processo de internacionalização, tal como o conhecemos a partir de 1950. Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação. (CHESNAIS, 1996, p. 13)

A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais. Esses processos, no entanto, acentuam os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo que redesenham sua configuração. O abismo que separa os países participantes, mesmo que marginalmente, da dominação econômica e política do capital monetário

rentista, daqueles que sofrem essa dominação, alargou-se ainda mais. (CHESNAIS, 1996, p. 19)

Evidentemente, frente ao impressionante movimento de financeirização da economia que, como indicado por Chesnais, transformou estruturalmente o modo de produção capitalista, a forma de representação política “Estado-nação” é foco de análises e projeções relativas à sua perda de importância, como também relativas às garantias de sua existência futura. Como exemplo dessa projeção fatalista em relação ao Estado-nação, têm-se diversas obras e teorias cujo título ou postulado central trazem, justamente, a ideia do “fim próximo do Estado-nação” ou sua redução às dimensões culturais e linguísticas.

Uma formação precária do Estado-nação, sem dúvida, dificultaria ao extremo a postura política nacionalista, mas é curioso que mesmo entre aqueles que, nas palavras de Mészáros, “adotam o ponto de vista do capital”, a postura nacional ganha relevância nas atuais relações econômicas internacionais; o Estado-nação é o agente da “moderna proteção” do capital vinculado às atividades produtivas, influenciadas, mas não completamente determinadas, pela esfera financeira. Esse “moderno protecionismo” se traduz, fundamentalmente, na criação de conhecimento por iniciativa e patrocínio do Estado, que o socializará entre as empresas que atuam internacionalmente em mercados oligopolizados, nos quais a produtividade é fator decisivo. A teoria do “comércio estratégico”, Gilpin constrói com auxílio do conceito de “estratégia competitiva” desenvolvido por Michel Porter, Professor de Harvard, e importante autor na área de negócios:

A teoria do comércio internacional, com seu apoio incondicional à liberalização do comércio, tem sido posta em questão pelo desenvolvimento da “nova teoria do comércio”, mais conhecida como “teoria do comércio estratégico”. Em essência, esta teoria sustenta que uma empresa, ajudada pelo governo de seu país, pode estabelecer uma estratégia que a capacite a competir eficazmente numa indústria oligopolista; Esta teoria leva à conclusão de que governos nacionais podem e devem ajudar as empresas de seus países a competir com êxito em mercados oligopolistas. (GILPIN, 2004, p. 134)

Assim, ainda que em um cenário mundializado, no qual o ritmo de acumulação é liderado pelo setor financeiro, o capital, mesmo que não tenha pátria, continua necessitando imperativamente de uma, para viabilizar-se. É sobre esse substrato de representação que a premissa nacionalista trabalha.

CAPITULO III

A Questão Agrária

Dos 34 artigos escritos por Caio Prado Junior na Revista Brasiliense, cinco têm como tema a “questão agrária”. Sobre esse conjunto de cinco artigos, vale notar-se:

- Todos os artigos são escritos, ou publicados, a partir do número 28 da Revista Brasiliense, ou seja, a partir do bimestre de março-abril de 1960, provavelmente como contribuição ao crescente acirramento das reivindicações dos movimentos populares, particularmente àquelas relativas às propostas de reforma agrária:

Em 1961 foi convocado pela União dos Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) um Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que ficou conhecido como Congresso Camponês de Belo Horizonte. Nesse momento, o tema da reforma agrária, alimentado pelos conflitos que se desenvolviam no campo e pelo crescimento das organizações de trabalhadores, ganhava cada vez mais a cena pública e colocava-se, para diferentes vertentes políticas, como condição para que o país removesse o que então era chamado de “obstáculos estruturais ao desenvolvimento” (MEDEIROS in MORAES; ROIO, 2007, p. 244)

- Dois artigos tratam de temas legislativos: o artigo publicado no número 29 do bimestre maio-junho de 1960 tem como objeto de análise a iniciativa do governo de São Paulo de apresentar à Assembleia Legislativa uma proposta de reforma agropecuária e, no artigo publicado no número 47, do bimestre maio-junho de 1963, o foco é, especificamente, a lei que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural que, então, transitava no Congresso Nacional;

- Dois são complementares e se caracterizam pela abrangência e profundidade de análise: “Contribuição para a Análise da Questão Agraria no Brasil”, publicado no número 28 da Revista Brasiliense, do bimestre março-abril de

1960, e “Nova Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil”, publicado no número 43, do bimestre setembro-outubro de 1962. Em 1979 esses dois artigos são reunidos e publicados com o título de “A questão agrária no Brasil”.

▪ Finalmente, o artigo “a Marcha da Questão Agrária no Brasil”, publicado no último número da Revista Brasiliense, do bimestre janeiro-fevereiro de 1964, ganha enorme notoriedade justamente por representar uma ruptura em relação aos posicionamentos até então observados sobre “questão agrária”, como será examinado ainda nesse capítulo.

Ao discutir desenvolvimento, viu-se que Caio Prado Junior não inclui na ampla análise elaborada, a questão agrária; ao contrário, o cerne do desenvolvimento se encontra, justamente, no controle político sobre o processo de industrialização. A industrialização por si não significa desenvolvimento; Caio Prado Junior, como visto, revela como falsa a equivalência entre industrialização e desenvolvimento. Por outro lado, apesar da relativização do processo de industrialização, em nenhum momento da análise, o setor agrário é colocado, ou percebido, como vetor desenvolvimentista; esse papel, mesmo que somente enquanto potencia, cabe à indústria.

Por que, então, o grande interesse de Caio Prado Junior, com relação à “questão agrária”? Notar que esse tema tem uma maior participação na contribuição desse autor à Revista Brasiliense que na média da Revista, ou seja: enquanto 15% dos artigos escritos por Caio Prado Junior na Revista Brasiliense tem como tema a “questão agrária”, na Revista como um todo, a participação desse tema é de menos de 4%.

Observando-se os dados relativos à configuração demográfico-econômica do Brasil nas décadas de 50 e 60, vê-se que, se o setor agrário ainda é, em termos absolutos, o mais importante, a indústria e a urbanização que lhe acompanha, por

sua vez, apresentam, de forma clara e irrefutável, as maiores tendências de crescimento. (IBGE, 2010)

O Brasil no início dos anos 60 tinha pouco mais de 70 milhões de habitantes; era extremamente jovem, 42,6% da população tinha até 14 anos de idade, e a população residente nas áreas rurais ainda era maioria, 55%. A esperança de vida ao nascer era, para o total da população, de 54,6 anos; para os homens essa esperança era de 53,1 anos e, para as mulheres, de 56,1. Como termo de comparação, hoje, cinquenta anos depois, a esperança de vida ao nascer para o total da população brasileira, é de 72,3 anos, ou seja, quase 18 anos a mais, o que significa um crescimento de 32,4%. (IBGE, 2010)

Tabela 1

População Total, população até 14 anos, população Urbana e população Rural, segundo recenseamentos

	População Total Milhões de Individuos	População até 14 anos % sobre população total	População Urbana % sobre população total	População Rural % sobre população total
1900	17,4	44,1		
1920	30,6	42,7		
1940	41,2	42,5	31,2	68,8
1950	51,9	41,8	36,2	63,8
1960	70,2	42,6	45,1	54,9
1970	93,1	42,0	55,9	44,1
1980	119,0	38,2	67,6	32,4
1991	146,8	34,7	75,6	24,4
2000	169,8	29,6	81,2	18,8

Fonte: IBGE, 2010

Apesar da população rural ainda ser maioria, o processo de urbanização já se apresentava em alta velocidade: enquanto a taxa anual de crescimento da população rural era de 1,55%, a da população urbana era de 5,22%. A taxa de urbanização, no entanto, como decorrência do ritmo de industrialização, em última análise, fator responsável por esse processo, varia de maneira significativa de acordo com a região considerada; se no total do país era de 45,1%, no nordeste, por exemplo, era de 33,9%, enquanto que no sudeste era de 5. (IBGE, 2010)

A composição do Produto Interno Bruto (PIB) experimenta ao longo das décadas de 50 e 60, alterações significativas, com a indústria igualando, na década de 50, sua participação à da agropecuária, para, na década de 60, superá-la. A indústria, que no início do século XX, respondia por 12% do PIB, atinge, na década de 60, uma participação superior a 20%. A agropecuária, por sua vez, detinha, no início do século, 45% de participação no PIB e, nos anos 60, atinge pouco menos de 20%. O complemento para o total é dado, claro, pela participação do setor de serviços. (IBGE, 2010)

Tabela 2

Taxa média geométrica de incremento anual da população residente (%)

	População Total	População Urbana	População Rural
1940 / 1950	2,39	3,91	1,60
1950 / 1960	2,99	5,15	1,55
1960 / 1970	2,89	5,22	0,57
1970 / 1980	2,48	4,44	-0,62
1980 / 1990	1,93	2,97	-0,67
1991 / 2000	1,64	2,47	-1,31

Fonte: IBGE, 2010

Na virada da década de 50, para a década de 60, o PIB cresce de forma importante, apresentando, ao longo de praticamente toda a década de 50 e até o ano de 1962, taxas sempre muito superiores ao crescimento vegetativo. (IBGE, 2010)

Tabela 3

Taxa de variação da população e do Produto Interno Bruto (%)

	População	PIB
1949	2,7	7,7
1950	2,8	6,8
1951	2,9	4,9
1952	2,9	7,3
1953	3,0	4,7
1954	3,0	7,8
1955	3,1	8,8
1956	3,1	2,9
1957	3,1	7,7
1958	3,1	10,8
1959	3,1	9,8
1960	3,1	9,4
1961	3,1	8,6
1962	3,0	6,6
1963	3,0	0,6
1964	3,0	3,4

Fonte: IBGE, 2010

Caio Prado Junior inicia sua análise do setor agrário brasileiro, justamente, pela principal característica desse setor: uma situação de extrema concentração das terras, o que, de forma evidente, implica em um brutal nível de concentração de renda, determinando, por sua vez, os níveis de vida dos trabalhadores rurais brasileiros:

Por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria. Decorrem daí os ínfimos padrões de existência daquela considerável parcela da população brasileira - padrões materiais, e como consequência, também culturais. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº28, p. 165)

Caio Prado Junior estabelece, dessa forma, seu foco na análise da questão agrária no Brasil: seu caráter fundiário como determinante no padrão de vida do trabalhador rural:

O que foi dito (sobre a concentração da terra e da miséria do trabalhador rural) já nos serve para situar a questão agrária brasileira, e coloca-la em seus devidos termos, que vêm a ser, em primeiro lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº28, p. 168)

Esse caráter fundiário da questão agrária no Brasil, identificado por Caio Prado Junior - extrema concentração de renda - também é reconhecido em outras análises; José Graziano da Silva cita, didaticamente, uma delas:

No final dos anos cinquenta e início da década dos sessenta a agricultura brasileira passou a ser um dos temas centrais em discussão. Os vários diagnósticos – entre os mais progressistas e respeitados, diga-se de passagem, como, por exemplo, aqueles inspirados no arcabouço teórico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – convergiam na tentativa de mostrar que a nossa estrutura agrária extremamente concentrada era *limitante* ao processo de industrialização do país.

Os argumentos principais, do ponto de vista daqueles que pregavam a necessidade da industrialização do país, diziam respeito à concentração da propriedade (e da posse) da terra nas mãos de uns poucos latifundiários, o que para eles representava:

- a) um “estrangulamento” na oferta de alimentos aos setores urbanos, pois a produção reagia menos que proporcionalmente ao crescimento dos preços (em linguagem econômica, era inelástica). Assim, na medida em que fosse aumentando a proporção da população brasileira nas cidades, tenderia a haver uma pressão nos preços dos alimentos, com conseqüente reflexo no crescimento dos salários, tornando inviável o processo de industrialização;
- b) a não ampliação do mercado interno para a indústria nascente. As fazendas eram quase que autossuficientes baseadas numa economia “natural”: não adquiriam a grande maioria dos produtos de que necessitavam, confeccionando-os aí mesmo em bases artesanais. (SILVA, 1984, p. 30)

Dessa forma, segundo as análises realizadas a partir desse direcionamento descrito por José Graziano da Silva, o setor agrário representaria de fato um obstáculo ao desenvolvimento da indústria e esse obstáculo se manifestaria por razões microeconômicas: desequilíbrio entre a oferta e a demanda de bens agrícolas, determinando um aumento dos salários urbano-industriais e, assim, dificultando o processo de industrialização. Além disso, a alta concentração da posse da terra contribuiria com a não formação de um mercado interno consumidor.

Para Caio Prado Junior as condições existentes no setor agrário, também representam um obstáculo ao desenvolvimento, ou seja, as características do setor agrário, para Caio Prado Junior obstaculizariam, de fato, o desenvolvimento, mas por razões essencialmente diversas das apresentadas no paragrafo acima.

As condições fundiárias do campo brasileiro, de acordo com Caio Prado Junior, além de determinar e impor uma condição de vida das mais precárias ao trabalhador rural, ainda transferem esse padrão de vida aos centros industrializados.

É justamente em função dessas condições de vida e trabalho, segundo Caio Prado Junior, que ocorre o grande êxodo rural e que, para o complexo urbano-industrial, representa uma constante oferta de mão-de-obra abundante e barata e que, assim, contribui decisivamente com a compressão dos salários nesse complexo. Tem-se, dessa forma que, para Caio Prado Junior, não só o mecanismo de determinação dos salários é distinto; o próprio papel exercido pelo salário é essencialmente outro: numa perspectiva de desenvolvimento restrito (apenas quantitativo) o salario alto é elemento inibidor “desse tipo” de desenvolvimento; para um desenvolvimento amplo e qualitativo, àquele objetivado por Caio Prado Junior, é justamente o salário baixo o elemento inibidor do desenvolvimento:

Não pode haver dúvidas que os baixos salários relativos e as precárias condições de trabalho observadas na generalidade da indústria e outras atividades urbanas, sem excetuar os maiores centros do País, se devem em boa parte ao potencial de mão-de-obra de baixo custo que o campo oferece

e que concorre permanentemente no mercado de trabalho urbano, deprimindo-lhe o preço. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº28, p. 167)

Esse mecanismo perverso, que teria por função, como observado por Caio Prado Junior, ofertar mão-de-obra barata ao capital industrial e assim contribuindo para uma maior margem de lucro nesse setor, provoca, evidentemente, resistências importantes. A greve operária ocorrida em São Paulo em 1953, conhecida como a “Greve dos 300 mil”, é um importante exemplo do movimento de resistência a tal mecanismo. Como movimento reivindicatório, teve início no setor têxtil e, logo depois, ampliou-se para outros segmentos produtivos. A extrema organização aliada a uma evidente e natural tendência intersindical representou, em determinados momentos, propostas que envolviam diversos setores produtivos e sindicatos. Antonio Mendes Junior e Ricardo Maranhão, assim descrevem a greve:

O importante movimento reivindicatório que abalou São Paulo em meados de 1953 apresentou a importante característica de um movimento sindical de massas, com uma sólida organização pela base, graças à ação de comissões de empresa. Esses organismos internos às fábricas, mais conhecidos como “Comissões de Salários”, prepararam intensamente as discussões da pauta reivindicatória, com ampla participação dos trabalhadores das indústrias. (...)

Por iniciativa dos têxteis, o processo reivindicatório transformou-se em paralização. Ao mesmo tempo os vários sindicatos passaram a fazer reuniões intersindicais, proibidas por lei (...)

É importante notar que, quando já havia quase trezentos mil trabalhadores paralisados, articulou-se um organismo intersindical, que logo gerou “o chamado Pacto dos Quatro Sindicatos, pelo qual cada categoria se comprometia a só terminar a greve quando houvesse condições gerais que atingissem a todas. Outro ponto comum do pacto dizia respeito à unanimidade quanto à obtenção de um aumento mínimo de 600 cruzeiros para todas as categorias e todos os trabalhadores”.

Esse pacto seria o embrião dos importantes Pactos de Unidade Intersindical, que nos grandes centros urbanos realizavam a unidade de ação dos trabalhadores e derrotavam, na prática, a legislação sindical corporativa herdada do Estado Novo. (1982, p. 243)

A derrota da legislação trabalhista do Estado Novo pelos grevistas, não é elemento secundário ou mesmo uma decorrência natural do processo de greve que, como descrito, era fortemente caracterizado pela sua dimensão intersetorial e intersindical. José Álvaro Moisés, assim discorre sobre esse aspecto, evidenciando uma postura consciente do trabalhador em relação ao Estado:

(...) Refutando a acusação da Delegacia Regional do Trabalho, que chamara o movimento, quando ainda estava sendo organizado, de obra de “agitação social”, os trabalhadores decidiram entregar aos patrões uma lista de exigências, deixando claro o aumento que pretendiam e ressaltando a necessidade de um acordo geral sobre aumentos de salários como tinha havido em 1945, 1946 e 1952. Pediam um encontro para iniciar as negociações, e elogiaram o trabalho do seu sindicato. (...) Entretanto, tudo indica que os trabalhadores já anteviam que seu verdadeiro alvo era o Estado: já começavam a acusar a Delegacia Regional do Trabalho de ignorar completamente a condição de vida dos trabalhadores, de ignorar que o salário de apenas 1584 cruzeiros, pouco mais que o salário mínimo nacional, era o recebido pela grande maioria. Os trabalhadores tratavam também de rechaçar as informações oficiais sobre o custo de vida, segundo eles, distorcidas para evitar aumentos maiores e reais de seus salários.

Retomando a questão agrária, tem-se que, em resposta a esse quadro de altíssima concentração da posse da terra, é natural que a luta do trabalhador rural se desse, essencialmente, em torno das propostas que objetivavam, justamente, a distribuição de terras aos trabalhadores, diminuindo, assim, esse brutal nível de concentração. Caio Prado Junior, no entanto, não prioriza em sua análise a proposta de reforma agrária percebida, unicamente, como sinônimo de distribuição de terras; para ele a prioridade deveria ser o avanço da legislação trabalhista para o setor rural. Referindo-se ao movimento de sindicalização dos trabalhadores rurais no Nordeste, particularmente em Pernambuco, diz Caio Prado Junior:

O que vem ocorrendo hoje no Nordeste constitui experiência preciosa e evidencia que a frente decisiva da luta pela reforma agrária se situa hoje sobretudo na implantação geral e definitiva, no campo, das normas reguladoras do trabalho. Pode-se dizer que aí reside o centro nevrálgico e ponto principal de partida da reforma que deve ser imediata e intensamente atacado. Não é por certo o único, mas sem dúvida o essencial e que oferece melhores perspectivas para a ação reformadora e seu sucesso. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº51, p. 2)

Essa defesa que Caio Prado faz da ampliação da legislação trabalhista ao campo, até então aplicada somente às relações de trabalho urbano-industrial, decorre de dois entendimentos maiores: o primeiro diz respeito à eficiência dessa reivindicação e, o segundo, mais fundamental, diz respeito às relações sociais de produção estabelecidas no setor rural da economia brasileira.

Com relação a maior eficiência das reivindicações de cunho trabalhista, em relação às reivindicações pela redistribuição da posse da terra, Caio Prado Junior argumenta que esse caminho, por apresentar uma muito maior factibilidade e menor prazo na obtenção de resultados, tem um maior poder de mobilização e organização. Nesse sentido, como exemplo de organização e combatividade, pode-se citar as Ligas Camponesas:

Em 1955 surge a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, mais tarde chamada Liga Camponesa da Galiléia. Essa iniciativa coube aos próprios camponeses do Engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, não muito longe de Recife. (JULIÃO, *apud* BANDEIRA, 1983, p. 54)

Ainda referindo-se ao movimento dos trabalhadores rurais de Pernambuco, afirma Caio Prado Junior:

É quase um milagre essa pronta e larga mobilização de trabalhadores rurais, somente possível porque nela se concentrou a ação e direção política, o que mostra o grave erro de não se conceder a esse propósito, em outros lugares, a primazia no plano político da reforma agrária, em benefício de outros propósitos no momento ainda de remotas possibilidades práticas, como sejam a abolição do latifúndio e a divisão da grande propriedade rural. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº51, p. 2)

Derivando quase que de maneira imediata da melhoria das condições de organização, os maiores salários apresentam, de acordo com a análise de Caio Prado Junior, um notável efeito multiplicador: além de contribuírem diretamente para a diminuição do quadro de extrema miséria em que encontram esses trabalhadores, contribuem para a dinamização da econômica de toda a região:

Mudou a fisionomia da região pelos efeitos diretos e indiretos da brusca elevação dos padrões de vida da população local constituída em sua maioria de trabalhadores da cana e suas famílias. Modificou-se não apenas a existência dos trabalhadores diretamente beneficiados pela melhoria dos salários e que começam já a apresentar os primeiros sinais visíveis, embora ainda muito débeis, de sua integração nos padrões de vida de uma sociedade civilizada – o que não ocorria anteriormente -, mas já se estão sentindo os efeitos da nova situação criada com a brusca elevação do poder aquisitivo dos trabalhadores, nas atividades comerciais da região. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº51, p. 3)

Como visto, o segundo elemento que compõe a defesa de Caio Prado Junior pela mudança de foco da questão agrária – da reforma fundiária à ampliação dos direitos trabalhistas – diz respeito às relações sociais de produção estabelecidas no setor rural da economia brasileira. Esta é uma questão estrutural com relação ao modo de produção capitalista – aliás, com relação a qualquer modo de produção - e que se apresentou à época como de ruptura.

A posição de Caio Prado Junior sobre a natureza e caráter das relações sociais de produção existentes no campo, é vinculada diretamente com as estratégias de ação empreendidas pela esquerda na época. Se hoje a questão agrária, do ponto de vista das relações capitalistas já se põe de forma resolutiva no Brasil, dada a evidente subordinação do campo á cidade, precondição à liberação das forças produtivas capitalistas, nos anos 60, ainda se apresentava sob forte condicionamento da posição do PCB que, como já observado na Introdução, percebia o campo brasileiro como dominado por relações sociais de produção de caráter feudais ou pré-capitalistas. Dessa percepção derivava o programa de ação que preconizava a necessidade de uma revolução de caráter democrático-burguesa para a derrota do latifúndio, associado ao imperialismo. Segundo Mantega:

Com base na vertente leninista do marxismo e nas teses da III Internacional para os países coloniais e atrasados, toma corpo, ao longo dos anos 50, uma interpretação da dinâmica social brasileira elaborada pelos teóricos do PCB, disputando a preferência dos setores progressistas do país com o Modelo de Substituição de Importações. Trata-se do Modelo Democrático-Burguês, que buscava inspiração nos textos clássicos do marxismo e nos

exemplos históricos dos países socialistas para produzir a teoria marxista da Revolução Brasileira.

Nesse contexto, os teóricos desse modelo valiam-se do materialismo histórico para analisar a realidade brasileira, suas relações de produção dominantes, a situação das forças produtivas, as principais classes em confronto e as tendências de transformação dessa sociedade. Sob essa ótica, a sociedade brasileira da primeira metade do século XX é tida como semicolonial e semifeudal, sob o domínio do latifúndio e do imperialismo, resistindo ao avanço das forças produtivas e ao desenvolvimento da nação, reivindicados pela burguesia industrial, pelo grosso da população brasileira. Portanto, o caminho para o socialismo no Brasil - a grande meta a ser alcançada segundo os adeptos desse modelo - passava pela revolução nacional e democrática, que eliminaria os restos feudais, libertaria o grosso da população brasileira da miséria e opressão do latifúndio, expulsaria o imperialismo e, finalmente, estabeleceria uma sociedade democrática.

O principal artífice dessa interpretação, com muitos adeptos no seio da esquerda brasileira no período populista, foi Nelson Werneck Sodré, que deu consistências teórica às teses e proposições formuladas pelo PCB ao longo de seus primeiros congressos, e forneceu importantes subsídios para a elaboração das teses do V e VI Congressos desse partido. (MANTEGA, 1984, p. 158)

Caio Prado Junior sempre manteve postura crítica em relação a essa interpretação do campo brasileiro e, no âmbito da Revista Brasiliense, essa postura é formalizada, fundamentalmente, nos três artigos citados anteriormente: “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil” (dois artigos) e “Marcha da Questão Agrária no Brasil”, publicado no último número da Revista, no bimestre janeiro-fevereiro de 1964.

Nesses artigos, Caio Prado Junior rebate de forma contundente o diagnóstico segundo o qual o campo brasileiro é dominado por relações sociais de produção de caráter pré-capitalista ou feudais e, a partir de minuciosa análise das formas de trabalho encontradas na zona rural brasileira, afirma que não só as relações são de caráter capitalista, como sempre estiveram estabelecidas em uma estrutura mercantil; a produção agrícola brasileira sempre foi voltada ao mercado.

Caio Prado Junior identifica o equívoco desse diagnóstico e o vincula ao erro na orientação relativa ao foco de atenção da reforma agrária: como essa interpretação percebe as relações sociais de produção como pré-capitalistas, a

ação deve se dar no sentido da posse da terra. Para Caio Prado Junior, como visto, as relações sociais de produção no campo, em essência, têm caráter capitalista e a ação, assim, deve se dar no sentido de ampliar-se a legislação trabalhista e pela melhoria dos salários dos trabalhadores rurais:

Na raiz dessa falseada orientação política está a incompreensão da realidade brasileira e do sentido profundo do nosso processo revolucionário, o que leva a distorções produzidas por erradas concepções teóricas que consciente ou inconscientemente se inspiram em situações econômicas e sociais completamente estranhas ao Brasil e aqui inexistentes. Decalcou-se simplesmente e sem maior espírito crítico e científico, o inaplicável modelo da reforma e revolução agrária dos países europeus. E se transportou para cá, encaixando arbitrariamente na evolução histórica brasileira, a situação da Europa egressa da Idade Média e do feudalismo cuja economia agrária tão distinta da nossa, se caracterizava essencialmente pela presença de uma economia e classe camponesa, isto é, em uma estrutura econômica e social de pequenos produtores individuais constituída de unidades familiares voltadas essencialmente para a produção de subsistência e onde o mercado representava papel secundário e subsidiário. (PRADO JUNIOR, *Revista Brasiliense*, nº51, p. 6)

Essa fundamental diferença nas análises sobre o setor rural brasileiro, ou mais especificamente, sobre a natureza das relações sociais de produção aí percebidas, evidentemente, extrapolam em muito as questões propriamente agrárias, influenciando, ou mesmo determinando, a própria estratégia de luta das esquerdas: àquelas alinhadas a uma aliança entre o proletariado e a burguesia nacional e àquelas que vislumbravam mais diretamente um horizonte socialista. Esse debate ganhará força, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista dos programas de ação desenvolvidos pela esquerda, no pós 64. A respeito dessas diferenças e, inclusive, sobre sua dimensão e determinação internacional, escreveu Reis:

O movimento comunista internacional esteve dividido entre as influências de Lênin/ Stalin e Trotski – revolução nacional democrático-burguesa *versus* revolução permanente internacional. Sodrê alinou-se mais à análise de Lênin / Stalin dos países subdesenvolvidos e coloniais e Caio Prado talvez, e mais indiretamente, à análise trotskista. De um lado, a revolução nacional democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista (Lênin, Stalin e Sodrê); de outro, a luta do proletariado pela independência nacional e, a longo termo,

pelo socialismo (Trotsky, Caio Prado). Sodré alinha-se às teses da III Internacional; Caio Prado talvez às teses da IV Internacional. As relações entre Sodré e as teses da III Internacional são explícitas e diretas; as relações de Caio Prado com as teses da IV Internacional são implícitas, indiretas e hipotéticas. (REIS, 2007, p.151)

Finalmente, retornando ao tema “desenvolvimento”, pode-se considerar que Caio Prado Junior não incorpora a “questão agrária” diretamente à análise do “tema desenvolvimento”, porque o agrário é, em sua essência, capitalista; não significa, assim, trava ou obstáculo ao desenvolvimento, a não ser aquele que, pelo êxodo rural, comprime os salários urbanos e, com isso, não contribui para o próprio desenvolvimento das relações capitalistas.

Considerações Finais

A contribuição de Caio Prado Junior à discussão do tema “desenvolvimento” nas páginas da *Revista Brasiliense* – objeto desse estudo -, é de tal forma profunda que qualquer aproximação, por mais delimitada e recortada que seja, estará sempre aquém das possibilidades de análises e derivações que se apresentam ao leitor. Essa é, indiscutivelmente, uma característica daqueles autores referenciais. Nesse sentido, chama a atenção que na recente retomada da discussão sobre desenvolvimento, impulsionada, e em certo sentido transformada, pela temática “sustentabilidade”, o nome de Caio Prado Junior não apareça com a dimensão e notoriedade que lhe são devidas.

Fator fundamental para um melhor aproveitamento e apreensão dessa rica contribuição de Caio Prado Junior é, sem dúvida, a contextualização do momento histórico considerado. Fundamental porque os textos de Caio Prado Junior evidenciam sua dimensão intensamente vinculada ao concreto, mas também evidente é sua articulação com o abstrato, sua articulação com as formas mais puras e elaboradas das teorias. A passagem do concreto ao abstrato e do abstrato ao concreto é desvolta e muito frequente; do específico deriva-se o geral e do geral retoma-se o específico. Todos esses movimentos, todos esses deslocamentos se articulam de forma harmoniosa, criando um todo coeso, alicerçado em sólido conhecimento teórico e extremamente bem construído. Finalmente, e por incrível que possa parecer, de fácil leitura; prazerosa mesmo.

Como decorrência dessas características, é frequente a percepção de antecipação. Aqui o observador desfruta de sua condição de posterioridade, e se impressiona. Quão antecipatória, por exemplo, é a conceituação de desenvolvimento quantitativo e desenvolvimento qualitativo? Quão atual é a discussão sobre o caráter internacionalista do capitalismo versus o poder e a soberania dos Estados-Nação?

Dada essa necessidade de contextualização, procurou-se caracterizar adequadamente o período entre 1955 a 1964, espaço de tempo em que a Revista Brasiliense foi editada. Considerou-se, assim, a configuração do poder mundial a partir do final da Segunda Guerra Mundial, com as implicações locais dessa dinâmica que, fundamentalmente, se expressam pela intensa discussão sobre as alternativas que se apresentavam ao Brasil e, particularmente com relação ao papel desempenhado pelas esquerdas nesse debate que, sem dúvida, em boa parte, decorreu do próprio momento vivido internacionalmente pelos movimentos populares e revolucionários: a bipolarização econômica, política e ideológica do mundo (“A nova ordem”), a Revolução Chinesa e, principalmente, a Revolução Cubana. Complementarmente, as consequências do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, com as revelações da época stalinista, para o debate interno das esquerdas foi muito marcante, criando-se a partir desse momento, as primeiras dissidências, que ganhariam relevância após o golpe de 1964; evidência maior da perda da, até então incontestável, posição hegemônica do Partido Comunista do Brasil.

No período tratado, as discussões e análises relativas às possibilidades que se apresentavam ao país ganham em profundidade e em sustentação teórica. Contribuição importante a esse novo patamar na qualidade de análise, mesmo que objeto de críticas pertinentes, foi a criação, em 1948, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). A CEPAL traz como objeto de estudo, justamente o tema central da discussão desse período, qual seja, “desenvolvimento”, em amplo entendimento, e articulado e sobreposto aos conceitos de dependência, subdesenvolvimento e industrialização. A abordagem cepalina tem como sustentação teórica as formulações keynesianas e impacta fortemente as políticas econômicas adotadas no período estudado.

Ainda como introdução à análise da contribuição de Caio Prado Junior à discussão sobre o desenvolvimento brasileiro, caracterizou-se também a própria Revista Brasiliense, publicação que reunia em seu corpo de colaboradores muitos

nomes ligados ao, então denominado, Partido Comunista do Brasil que, no entanto, nunca teve sua independência comprometida. Desfrutava também de grande penetração e prestígio nos meios acadêmicos.

Do ponto de vista político, é fundamental observar o papel exercido pela política econômica do governo de Juscelino Kubitschek na estabilidade pelo qual esse governo é conhecido. O caráter do desenvolvimento patrocinado pelo governo Kubitschek e, especialmente, o papel exercido pelo capital internacional, será elemento central na análise de Caio Prado Junior. A neutralidade do processo de industrialização, que, inclusive, acaba por ser sinônimo de desenvolvimento, será revelada como falsa. Dada a intensidade e amplitude dessa percepção e neutralidade do processo industrial, esse ponto da análise de Caio Prado Junior é, sem dúvida, um dos mais significativos.

A análise de Caio Prado Junior sobre o tema “desenvolvimento” envolve conceitos que se sobrepõem, se complementam ou que guardam uma relação de subordinação com o conceito central de desenvolvimento. Inicialmente, Caio Prado Junior diferencia, ou qualifica desenvolvimento:

- a) àquele quantitativo, que só se refere ao montante de valor criado, e
- b) àquele qualitativo, que além do montante do valor criado, atenta também para a forma como se dá a apropriação social desse valor, contribuindo, assim, para a melhoria da condição de toda a sociedade.

Ao longo das análises realizadas, essa diferenciação - implícita ou explicitamente - está sempre presente, funcionando como um elemento esclarecedor, quando eventualmente alguma contradição conceitual se coloca.

Feita essa diferenciação - absolutamente fundamental -, Caio Prado Junior identifica o investimento como a essência do processo de desenvolvimento para,

em seguida, concluir que é o controle do investimento que determinará o próprio caráter do desenvolvimento, se quantitativo ou qualitativo.

O controle do investimento, por sua vez, decorre das premissas políticas: se esse controle for nacional, o desenvolvimento terá caráter qualitativo, uma vez que não haverá saída de capitais; se o controle for estrangeiro, o desenvolvimento será quantitativo apenas.

Para Caio Prado Junior, mais importante que a nacionalidade do capital é, justamente, seu controle; estabelecida essa relação, a argumentação de insuficiência de capitais nas economias não desenvolvidas, que justificaria a presença de capitais internacionais, perde o sentido. O controle, dessa forma, é uma premissa política; o nacionalismo é o movimento, ou sentimento, que garantiria essa postura. Deslocando o centro da questão para o controle político sobre a inversão de capitais, outra discussão fica também equacionada: aquela que contrapõe a necessidade imperativa do sistema capitalista se internacionalizar, com o controle político dos investimentos; assim, a premissa nacionalista permite direcionarem-se os investimentos não pela lógica do capital internacional, mas de acordo com as necessidades do conjunto da sociedade.

Finalmente, para Caio Prado Junior, a questão agrária, apesar de fundamental, não representaria qualquer impedimento ou dificuldade ao processo de desenvolvimento. Caio Prado Junior entende que as relações sociais de produção existentes no setor agrário do Brasil são relações, em sua essência, capitalistas e, dessa forma, só prejudicariam o desenvolvimento do sistema pelo processo de compressão do nível salarial geral provocado pelo êxodo rural.

O reconhecimento do caráter capitalista nas relações sociais de produção no campo implica no questionamento de interpretações, então, plenamente estabelecidas que, por perceberem relações sociais de produção pré-capitalistas no setor agrário, têm propostas de ação baseadas na aliança entre classes. Na direção

do questionamento dessa linha estabelecida, estão vários dos artigos de Caio Prado Junior na *Revista Brasiliense*, mas principalmente, “Marcha da Questão Agrária no Brasil”, publicado no número 51, último a circular, no bimestre Janeiro-Fevereiro de 1964. Nesse mesmo número outro autor também publica artigo que teria imensa repercussão: “A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo”, de Andrew Gunder Frank. Nesse momento, formalmente, a análise sobre o caráter das relações sócias de produção no campo brasileiro dá um significativo salto qualitativo. Caio Prado Junior, também aqui, foi autor de ruptura.

FONTES

REVISTA BRASILIENSE. São Paulo: Editora Brasiliense, 1955–1964; artigos de Caio Prado Junior:

Nacionalismo Brasileiro e Capitais Estrangeiros, número 2, bimestre novembro-dezembro, 1955;

A Crise em Marcha, número 6, bimestre julho-agosto, 1956;

A Nova Teoria Econômica Ortodoxa e a Crise do Capitalismo, número 7, bimestre setembro-outubro, 1956;

Livre Iniciativa Econômica e Iniciativa Estatal, número 9, bimestre janeiro-fevereiro, 1957;

Capitais Estrangeiros, número 11, bimestre maio-junho, 1957;

Capitais Estrangeiros e Capitais Nacionais, número 18, bimestre julho-agosto, 1958;

Os Empreendimentos Estrangeiros e o Desenvolvimento Nacional, número 23, maio-junho, 1959;

Nacionalismo e Desenvolvimento, número 24, julho-agosto, 1959;

Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil, número 28, bimestre março-abril, 1960;

A Reforma Agrária e o Momento Nacional, número 29, bimestre maio-junho, 1960;

Resposta de Caio Prado Junior, número 32, bimestre novembro-dezembro, 1960;

O Desenvolvimento Econômico e o Problema da Capitalização, número 34, bimestre março-abril, 1961

A Remessa de Lucros e a Liberdade Econômica do Brasil, número 39, bimestre janeiro-fevereiro, 1962;

O Projeto de Lei de Remessa de Lucros, número 41, bimestre maio-junho, 1962;

A Remessa de Lucros e o Substitutivo Apresentado, número 42, bimestre julho-agosto, 1962;

A Crise em Marcha, número 42, bimestre julho-agosto, 1962;

Nova Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil, número 43, bimestre setembro-outubro, 1962;

Perspectivas da Política Progressista e Popular Brasileira, número 44, bimestre novembro-dezembro, 1962;

O Estatuto do Trabalhador Rural, número 47, bimestre maio-junho, 1963;

Marcha da Questão Agrária no Brasil, número 51, bimestre janeiro-fevereiro, 1964.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina: A construção da hegemonia.** São Paulo: Unesp, 2002.

ALMEIDA, L. F. **Uma Ilusão de desenvolvimento – Nacionalismo e Dominação Burguesa nos anos JK.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

BANDEIRA, M. **O Governo João Goulart - As Lutas Sociais no Brasil: 1961 – 1964.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BASBAUM, L. **História Sincera da República: de 1930 a 1960.** 3ª ed. São Paulo: Fulgor, 1968.

BENEVIDES, M. V. M, **O governo Kubitschek – desenvolvimento econômico e estabilidade política.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro – o ciclo econômico do desenvolvimento.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 8ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FEIJO C. A. et al. **Contabilidade Social.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FRIEDEN, J. **Capitalismo Global: História econômica e política do século XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos – O breve século XX.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Estatísticas.** Acessado em 13 de fevereiro de 2010: http://ibge.gov.br/series_estatísticas

KONDER, L. História dos Intelectuais nos anos 50. In: FREITAS, M. C. de (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

LACERDA, A. C. at al. **Economia Brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2006.

LAPA, J.R.A. (org). **Modos de Produção e Realidade Brasileira.** Petrópolis, Vozes, 1980.

LIMONGE, F. P. Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Junior e a Revista Brasiliense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 5, vol. 2. São Paulo: Vértice, 1987.

LÖWY, M. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: LÖWY, M. (org). **O Marxismo na América Latina** – uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**. São Paulo/ Petrópolis: Polis/Vozes, 1984.

MANTEGA, G.; MORAES, M. **Acumulação Monopolista e Crises no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAZZUCHELLI, F. **Os anos de chumbo**. Economia e política internacional no entre guerras. São Paulo: UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

MEDEIROS, I. S. Luta por Terra e Organização dos Trabalhadores Rurais – A Esquerda no Campo nos Anos 50/60. In: MORAES, J. Q.; ROIO, M. D. **História do Marxismo no Brasil** Vol 4. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MENDES JR, A.; MARANHÃO, R. Era Vargas. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOISÈS, J. A. **Greve de Massa e Crise Política** (Estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo – 1953 / 1954). São Paulo: Polis, 1978.

MONTALVÃO, S. S. Notas sobre uma publicação comunista independente: a Revista Brasiliense. **Revista Urutágua**, nº 10, 2006. Departamento de Ciências Sociais – Universidade Estadual de Maringá.

MORAES, J. Q. A Evolução da Consciência Política dos Marxistas Brasileiros. In: MORAES, J. Q. (Org.). **História do Marxismo no Brasil**. Vol 2.

NOVAIS, F. A. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. (orgs). **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

REIS, D. A. Entre Reforma e revolução: A Trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In RIDENTI, M. e DEL ROIO, M. (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil** Vol 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, O. **O Estruturalismo Latino – Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SECCO, L. **Caio Prado Junior – o sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, J. G. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 5. Ed. São Paulo: Alfa Omega, 1981.

SODRÉ, N. W. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SOUZA, A. M. **O Brasil descortinado por Caio Prado Junior**. Tese de Doutorado, PUC-SP, 2009.

SWEEZY, P. M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista – Princípios de Economia Política Marxista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WILSON, E. **Rumo à Estação Finlândia**. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.